

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL (CPOG)**

2017/2018



TII

**PAISES DA CPLP NA ONU, UA E NOUTRAS ORGANIZAÇÕES –
RESPONSABILIDADES E COMPATIBILIDADES**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.**

**Olinto Amado Paquete
CORONEL ADMIL - RDSTP**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**PAISES DA CPLP NA ONU, UA E NOUTRAS
ORGANIZAÇÕES – RESPONSABILIDADES E
COMPATIBILIDADES**

CORONEL ADMIL Olinto Amado Paquete

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a General
(CPOG)

Pedrouços 2018



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**PAISES DA CPLP NA ONU, UA E NOUTRAS
ORGANIZAÇÕES – RESPONSABILIDADES E
COMPATIBILIDADES**

CORONEL ADMIL Olinto Amado Paquete

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a General (CPOG)

Orientador: CORONEL PILAV Matos Tendeiro

Pedrouços 2018



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, Olinto Amado de Ceita Paquete, declaro por minha honra que o documento intitulado “Países da CPLP na ONU, UA e Noutras Organizações – Responsabilidades e Compatibilidades” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do CPOG 2017/2018 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **02 de maio de 2018**

Coronel ADMIL Olinto Amado Paquete



Agradecimentos

Em primeiro lugar, o meu agradecimento vai para a minha mulher e filhos por terem aceite a minha ausência prolongada.

Aos entrevistados, digníssimas personalidades de Portugal e de São Tomé e Príncipe, por terem colocado a minha disposição a vossa doura sabedoria que contribuiu para o enriquecimento do conteúdo do presente trabalho, o meu muito obrigado.

Aos camaradas do Curso de Promoção a General (CPOG) 2017/2018, pelo prazer de ter a vossa companhia e do espírito de entreajuda e camaradagem, o meu eterno agradecimento, pois muito do que fiz só foi possível graças aos vossos contributos e permanente disponibilidade para troca de ideias e opiniões.

Ao meu orientador, o Sr. Coronel Matos Tendeiro, os meus sinceros agradecimentos pela permanente disponibilidade e liberdade académica com que encarou esta tarefa. Por fim, ao meu camarada e amigo de longa data, Tenente Coronel Luís Bernardino pelos conselhos e contributos os meus profundos agradecimentos.

A todos, muito obrigado e meu bem haja.



Índice

Introdução.....	1
1. Defesa e Segurança em África.....	9
1.1. Segurança e conflitualidade em África.....	9
1.2. Tendências de evolução da conflitualidade em África no horizonte 2030.....	10
1.3. Impacto dessas tendências nas potenciais intervenções de resposta.....	15
1.4. Síntese conclusiva.....	17
2. União Africana e a Resolução de Conflitos em África.....	19
2.1. União Africana como interlocutor para Paz e Segurança em África.....	19
2.2. Arquitectura de Paz e Segurança Africana.....	20
2.3. Capacidades e limitações da União Africana.....	22
2.4. Oportunidades para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.....	23
2.5. Síntese conclusiva.....	23
3. Relação Comunidade de Países de Língua Portuguesa – União Africana.....	25
3.1. Breve história da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.....	25
3.2. Componente de defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Situação actual e capacidades.....	25
3.3. Estratégia da Comunidade de Países de Língua Portuguesa para África.....	28
3.4. Cooperação Comunidade de Países de Língua Portuguesa – União Africana. Área para colaboração e linhas de ação a implementar.....	29
3.5. Síntese conclusiva.....	31
4. República Democrática de São Tomé e Príncipe. Desafios e oportunidades no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e na Comunidade Económica dos Estados de Africa Central.....	33
4.1. Caracterização de São Tomé e Príncipe.....	33
4.2. Estrutura Militar e Suporte legislativo.....	33
4.3. República Democrática de São Tomé e Príncipe no contexto da Comunidade Económica dos Estados de Africa Central e Golfo da Guiné.....	35
4.4. República Democrática de São Tomé e Príncipe no contexto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.....	40
4.5. Síntese conclusiva.....	42



Conclusões.....	43
Bibliografia.....	51

Índice de Anexos

Anexo A — Conceitos e Definições	Anx A-1
Anexo B — Entrevistas e Respetivas Respostas.....	Anx B-1

Índice de Apêndices

Apêndice A — Principais órgãos da União Africana no âmbito da Arquitetura de Paz e Segurança e suas responsabilidades.....	Apd A-1
Apêndice B — Principais causas de conflito em África Central.	Apd B-1
Apêndice C — Racional, fatores de criticidade e respetiva quantificação	Apd C-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Problematização teórica	7
Figura 2 – Modelo de resposta à Questão Central.....	8
Figura 3 - Modelo e Racional de Análise	13
Figura 4 – Mapa dos Países membros da UA.....	19
Figura 5 – Evolução da Componente de Defesa da CPLP	26
Figura 6 – Quadro Orgânico das Forças Armadas de STP	35
Figura 7 – Mapa dos Países pertencente à CEEAC.....	36
Figura 8 – Mapa da divisão da área marítima de CEEAC (ZONA D e A)	37
Figura 9 – Estrutura Orgânica do CIC.....	38
Figura 10 – Órgãos do Centro Regional de Segurança Marítima	39
Figura 11 – Macroestrutura da União Africana.....	Apd A-2
Figura 12 – Mapa dos Estados Frágeis.....	Apd B-4

Índice de Quadros

Quadro 1 – Objetivo Geral e Objetivos Específicos	5
Quadro 2 – Questão Central e Questões Derivadas.....	5
Quadro 3 - Factor de Criticidade/Tendência de Conflitualidade.....	14
Quadro 4 - Potenciais Intervenções de Resposta.....	15
Quadro 5 – Validação dos Fatores Críticos	Apd C-3



Índice de Tabelas

Tabela 1 - Factores de Criticidade.....	11
Tabela 2 - Tendência Gerais de Evolução para África no horizonte 2030.....	11
Tabela 3 - Tendências de Conflitualidade em África no Horizonte 2030	12
Tabela 4 – Capacidades da União Africana.....	22
Tabela 5 – Limitações da União Africana	23
Tabela 6 - Linhas de Ação da CPLP para a Relação com UA	31



Resumo

No continente africano, os conflitos hoje, na sua maioria são de caráter intra-estatais, tendo contribuído para um maior protagonismo e intervenção de múltiplos atores internacionais no âmbito da prevenção e resolução de conflitos regionais.

O presente estudo procura apresentar as opções, prioridades e possibilidades de cooperação e ou complementaridade entre a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a União Africana, verificando as possibilidades de uma relação entre os dois atores de forma sistematizada.

Através da análise efetuada, realçamos os contributos da União Africana no quadro das intervenções para a resolução dos conflitos, verificando a evolução das tendências de conflitualidade em África no horizonte 2030, permitindo definir áreas de cooperação, sendo a cooperação bilateral com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa uma mais-valia para esta organização na afirmação no Continente Africano no âmbito da promoção da Paz e Segurança e de resolução dos conflitos.

Neste contexto propusemos modelos de cooperação CPLP-UA, com as respetivas áreas de intervenção e ações a empreender. Analisando também as oportunidades e desafios para a República Democrática de São Tomé e Príncipe como membro da CPLP e da Comunidade Económica dos Estados de África Central.

Sendo o estudo de natureza académica, apontámos possibilidades exequíveis, cuja materialização depende de prioridades e disponibilidade de recursos.

Palavras-chave

União Africana, Arquitetura de Paz e Segurança Africana, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Cooperação, Defesa e Segurança



Abstract

In Africa, today, the conflicts, in your most are intra-State character, having contributed to a greater role and involvement of multiple actors within the framework of international conflict prevention and resolution.

The present study seeks to present the choices, priorities and possibilities for cooperation and complementarity between the community of Portuguese Language countries and the African Union, checking the possibilities of a relationship between the two actors of a systematic way.

Through the analysis performed, enhance au contributions within the framework of interventions for the resolution of conflicts by checking the progress of conflict trends in Africa in 2030 horizon, allowing to define areas of cooperation, being the bilateral cooperation with CPLP an asset for this organization in the affirmation on the African continent within the framework of the promotion of peace and security and conflict resolution.

In this context we have proposed models of CPL-AU cooperation with the respective areas of intervention and actions to be undertaken. Analyzing also the opportunities and challenges for the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe (RDSTP) as a member of the CPLP and the CEEAC.

Being the study of academic nature, identify possibilities achievable, whose implementation depends on priorities and availability of resources.

Keywords

UA, African Peace and Security Architecture, CPLP, Cooperation, Defense and Security



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACIRC – Capacidade de Resposta Imediata Africana
AGCEG – Assembleia Geral dos Chefes de Estado e de Governo
APSA – Arquitectura de Paz e Segurança Africana
CDAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central
CER – Comunidades Económicas Regionais
CEX – Conselho Executivo da União Africana
CEWS - Sistema Continental de Alerta Prévio
CIC – Centro Internacional de Coordenação
CM – Comité Militar
CMC – Centro Multinacional de Coordenação
COPAX – Conselho de Paz e Segurança da África Central
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CPS – Conselho de Paz e Segurança
CRP – Comité de Representantes Permanentes
CRESMAC – Centro Regional de Segurança Marítima de África Central
DAP – Departamento de Apoio a Paz da União Africana
EM – Estados Membros
FAP – Fundo Africano para a Paz
FOMAC – Força Multinacional de África Central
FPA – Força de Prontidão Africana
IESM – Instituto de Estudos Superiores Militar
IUM – Instituto Universitário Militar
MARAC – Mecanismo de Alerta Rápida de África Central
ME – Memorando de Entendimento
MR – Mecanismos Regionais
NEP – Norma de Execução Permanente
NEPAD – Nova Parceria para Desenvolvimento de África
OAP – Operações de Apoio a Paz
OE – Objectivos Específicos
OG – Objectivo Geral
ONU – Organização das Nações Unidas



PCDSA – Política Comum de Defesa e Segurança Africana

PCDD – Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa

PS – Painel de Sábios

PPA – Parlamento Pan-africano

RDSTP – República Democrática de São Tomé e Príncipe

SADC – Comunidade para Desenvolvimento da África Austral

STP – São Tomé e Príncipe

TAJDH – Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos

TII – Trabalho de Investigação Individual

UA – União Africana

UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental



Introdução

O tema do Trabalho de Investigação Individual (TII) que nos propomos desenvolver, tem a seguinte formulação: ”Países da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) na Organização das Nações Unidas (ONU), União Africana (UA) e outras organizações – responsabilidades e compatibilidades”.

Da sinopse que acompanha o enunciado do tema destacam-se os possíveis compromissos da CPLP com as missões no âmbito da UA e com Organizações Sub-regionais, tais como a Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CDAO) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), e a contribuição para a prevenção e resolução de conflitos e envolvimento em ações humanitárias.

Enquadramento e Justificação do tema

A Guerra foi e permanece como uma das maiores preocupações da Humanidade. Este tema, que inspirou a literatura, a arte e a música, tem sido uma preocupação de longa data entre os historiadores, analistas, políticos e militares. A Guerra é um fenómeno global, com expressão em todas as regiões do mundo, da Europa à Oceânia, das Américas à Ásia, passando por África, sendo a problemática da conflitualidade global permanente reconhecida como central por todos os estudiosos das Relações Internacionais (Garcia, 2010, p.19).

O terrorismo tem emergido como um desafio global, é uma forma de guerra adotada pelo “fraco” contra o “forte”, por forças de destruição contra forças que constroem as sociedades, tendo como objetivo, esgotar as “Vontades Nacionais” e ganhar o poder. Como exemplo, temos, o BOKO HARAM e outras organizações terroristas que procuram criar um Califado na África Subsariana. Para combater este tipo de extremismo, exige-se Compromissos Nacionais, Cooperação Regional e Envolvimento Global.

Nesse paradigma, um dos atores é a CPLP, que pretende adquirir projeção internacional, visando projetar segurança e reforçar as capacidades dos seus Estados-membro africanos, nomeadamente cooperando com as Organizações Sub-Regionais Africanas na consecução de estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentado e segurança participada, permitindo afirmar-se como parceiro credível e privilegiado na ligação entre países, organizações e continentes, com poder para influenciar, cooperar e se necessário, intervir na prevenção e resolução de conflitos regionais em África (Bernardino, Luís, 2007).



Face à nova tipologia dos conflitos em África e às implicações que daí advêm para a segurança e desenvolvimento do continente podem afetar diretamente os países da CPLP, pois 80% dos seus membros estão em África. Consequentemente, importa analisar a atual conjuntura estratégica desses conflitos e relacionar a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) com a perspectiva estratégica da Comunidade na área da prevenção e resolução de conflitos.

O tema proposto tem importância acrescida nos estudos prospectivos sobre o futuro da CPLP e o seu relacionamento com a UA e as Organizações Sub-Regionais Africana, inserindo-se na afirmação positiva da CPLP como ator com responsabilidade global.

O tema de investigação ”países da CPLP na ONU, UA e outras Organizações – responsabilidades e compatibilidades”, é atual e insere-se, no contexto das Ciências Militares, na área nuclear dos Estudos de Crises e Conflitos Armados e na subárea Polemologia e Estratégia Militar.

As Ciências Militares são um conjunto organizado e sistematizado de conhecimentos transdisciplinares, resultante da investigação científica e de práticas consolidadas, avaliadas e reconhecidas pela comunidade científica, relativo ao desenvolvimento das metodologias e processos de edificação e emprego de capacidades militares utilizadas na defesa, vigilância, controlo e segurança dos espaços sob soberania ou jurisdição nacional, na resposta a crises, conflitos e emergências complexas, em missões humanitárias e de paz, em apoio ao desenvolvimento e bem-estar, na cooperação e assistência militar, bem como na atividade de segurança interna (Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro).

O estudo que se pretende desenvolver acentua-se na análise do espectro das crises e da conflitualidade armada em África, designadamente das suas principais causas e efeitos, bem como analisar a forma para a sua prevenção.

A CPLP em 2004 adotou a definição de conflito, como a “expressão de uma incompatibilidade de posições ou interesses entre atores, ao nível intra ou supra estatal, não sendo, no entanto sinónimo de confronto armado”. Estes conflitos podem ser de âmbito inter-estatais quando são disputados entre nações ou alianças de nações, ou intra-estatais, referindo-se a conflitos eminentemente internos, disputados dentro do território do próprio Estado, podendo contudo receber influências do exterior (Wallenstein, 2004, p.74).

O entendimento relacionado com o conflito permite adotar uma série de procedimentos que tendencialmente pretendem não só fazer a prevenção dele, ou seja, levar a efeito um conjunto de acções político-estratégicas, por parte das instituições



governamentais que de forma expressa tentam conter ou reduzir as ameaças, o uso da violência organizada e outras formas de coacção por parte de Estados ou grupos concretos com a finalidade de reduzir as disputas no interior ou entre Estados (Fisas, 2004, pp.143-144).

Desencadeado o conflito, recorre-se à “gestão do conflito”, em que se faz um esforço para conter ou reduzir a escalada da violência entre partes e proporcionar uma comunicação com vista a reduzir as disputas e terminar com a violência, ou ainda à “resolução do conflito”, em que se adotam medidas tendentes a resolver a incompatibilidade que esteve na origem do conflito, incluindo as tentativas de levar as partes a aceitarem-se mutuamente, focalizando-se nos aspetos que conduziram ao conflito, promovendo iniciativas construtivas de reconciliação, no sentido do fortalecimento das Instituições e dos processos das partes (Wallensteen, 2004, p.8).

O termo “Segurança e Defesa”, conceitos sobre os quais recai grande parte do tema a abordar, merecem uma atenção, pois, “Segurança” é simultaneamente um estado e um processo. Um estado de natureza psicológica e também objectiva, que se traduz em confiança, em capacidade de afirmação, em garantia de proteção e que proporciona um sentimento de não ser interferido, de descanso e tranquilidade. Um processo, pois culmina na criação de condições de realização da própria segurança. Já a “Defesa” é um conjunto de ações orientadas para aquisição e consolidação da segurança, implicando a existência de uma teoria da ação e de um aparelho com capacidades de materialização dessas ações específicas (Bispo, 1999, pp.48 - 92).

Para a sustentação do estudo, foi efetuada uma vasta pesquisa bibliográfica e documental.

Objeto de estudo e sua delimitação

Como o objeto de investigação é o estudo da evolução das relações CPLP-UA, para tal efetuamos o levantamento de possibilidades de cooperação em ações para prevenção e resolução de conflitos em África, equacionando maior aproximação entre as organizações e identificando as possibilidades de complementaridade.

Assim, esta cooperação é analisada seguindo três linhas de análise:

- O levantamento prospetivo de opções;
- O balanceamento das prioridades;
- A identificação de espaços de complementaridade com a UA.



Pela dimensão do tema, para uma melhor objetividade e rigor científico, limita-se, não só cronológica como geograficamente a abordagem do objeto em estudo. Neste contexto, analisa-se a evolução das relações CPLP-UA na sua vertente de Defesa e Segurança, enquadrando-a na conflitualidade em África, principalmente na sua matriz Subsariana, contextualizando-a ainda na “Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA)” equacionando uma maior aproximação entre as duas Organizações e identificando as possíveis áreas para seu aprofundamento e cooperação estratégica e operacional.

Na CPLP, focaliza-se a análise nas capacidades disponíveis, na sua estruturação e organização, complementando com o estudo de oportunidades, que decorram das tendências de evolução ou da identificação de áreas de complementaridade com a Organização das Nações Unidas.

Limita-se o estudo ao período da criação da CPLP, prospetivando as tendências de evolução, de conflitualidade e as possibilidades de intervenção de resposta, no horizonte 2030.

Analisa-se ainda que desafios e oportunidades se colocam a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) como membro da CPLP, da CEEAC e da UA, no quadro da cooperação CPLP-UA, e como pode esse país contribuir para uma melhor afirmação da CPLP na sub-região africana.

Objetivos da investigação

O Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE), que serviram de base à investigação constam da Quadro 1 seguinte.



Quadro 1 – Objetivo Geral e Objetivos Específicos

OBJECTIVO GERAL (OG)			
No quadro das relações CPLP-UA, identificar possibilidades de cooperação que contribuam para a resolução de conflitos no Continente Africano e que permitam prospetivar uma aproximação efetiva entre as duas Organizações.			
OBJECTIVO ESPECIFICO 1 (OE1)	OBJECTIVO ESPECIFICO 2 (OE2)	OBJECTIVO ESPECIFICO 3 (OE3)	OBJECTIVO ESPECIFICO 4 (OE4)
Analisar a conflitualidade em África, identificar as tendências de evolução da conflitualidade em África no horizonte 2030 bem como os impactos dessas tendências nas potenciais intervenções de resposta.	Descrever a UA, analisando-a como interlocutor para a Paz e Segurança, sua capacidade e limitações, bem como as oportunidades para a CPLP no âmbito da APSA.	No âmbito das relações CPLP-UA, caracterizar a CPLP, identificar áreas para aprofundamento de cooperação ou de complementaridade que permitam a aproximação efectiva das duas organizações no âmbito da APSA e resolução de conflitos.	No quadro das relações CPLP-UA, identificar os desafios e as oportunidades para a RDSTP no seio da CPLP e na CEEAC contribuindo para a segurança na sub-região e afirmação da CPLP.

Questões da investigação

Tendo presente o objeto e os objetivos de investigação definidos, formularam-se, para orientação da pesquisa a Questão Central (QC) apresentada no Quadro 2, tomando como linhas de investigação as Questões Derivadas (QD) e as respetivas respostas.

Quadro 2 – Questão Central e Questões Derivadas

QUESTÃO CENTRAL (QC)			
Que vectores estratégicos permitem desenvolver as relações CPLP-UA nas intervenções para resolução de conflitos no continente Africano?			
QUESTÃO DERIVADA1 (QD1)	QUESTÃO DERIVADA2 (QD2)	QUESTÃO DERIVADA3 (QD3)	QUESTÃO DERIVADA4 (QD4)
No âmbito da problemática da Defesa e Segurança em África, que tendências de evolução da conflitualidade no horizonte 2030?	No quadro das intervenções para resolução de conflitos em África, qual é o contributo da UA e que oportunidades se abrem para a CPLP no âmbito da APSA?	De que forma se pode incrementar a cooperação CPLP-UA e como pode a CPLP contribuir para a resolução de conflitos em África no âmbito da APSA?	Na cooperação CPLP-UA, que oportunidades e desafios para a RDSTP como membro da CEEAC e da CPLP no âmbito da APSA?



Breve síntese da metodologia da investigação

Atento ao resultado que se propôs nesta investigação, a metodologia adoptada é o preceituado nas Normas de Execução Permanente (NEP) /ACA-010 IESM SET2015 e NEP/ACA-010B, IESM SET2015, do Instituto Universitário Militar e as Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação, de Janeiro de 2016 (IUM, 2016).

Quanto ao posicionamento ontológico, adopta-se o construtivismo, considerando que “os fenómenos sociais e os seus significados estão a ser executados pelos atores sociais. Assim, os fenómenos sociais são produzidos com base nas interações entre os atores sociais e entre estes e a envolvente, pelo que estão em constante fase de revisão” (Bryman, 2012, cit. Por IUM, 2016, p. 18).

Quanto ao posicionamento epistemológico, adopta-se o interpretativismo, porquanto o que se pressupõe estudar, tendo em foco as organizações e as suas interações, e as organizações são feitas por pessoas, não podem ser estudadas a partir de princípios e técnicas das ciências naturais. Pois, compete ao investigador não só verificar os fenómenos, mas também compreender os significados subjetivos desses mesmos fenómenos sociais (Bryman, 2012, cit. Por IUM, 2016, p. 19).

A postura epistemológica interpretativista tem como objetivo tentar compreender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas, ou seja, ela busca compreender o mundo subjetivo da experiência humana. Nessa postura, sujeito e objeto são interdependentes e o conhecimento gerado é sempre subjetivo e específico a um contexto (Burrell; Morgan, 1979). Vergara e Caldas (2007, p. 229) afirmam que “a exploração mais detida do referencial interpretativista poderia dar aos autores maior conforto epistemológico, maior adequação metodológica, bem como, maior profundidade e ressonância às suas conclusões”.

Conduziu-se a investigação utilizando a abordagem dedutiva de acordo com o especificado no Manual (Quivy, 2008, p. 144).

Na validação dos axiomas da investigação, recorreu-se à análise de fontes bibliográficas de referência, a entrevistas com alguns especialistas e à pesquisa documental com base em estudos de caso efetuados por autores consagrados sobre conflitos em África.

Assim, pretende-se seguir o seguinte esquema geral da investigação, que constitui a problematização teórica (Figura 1).

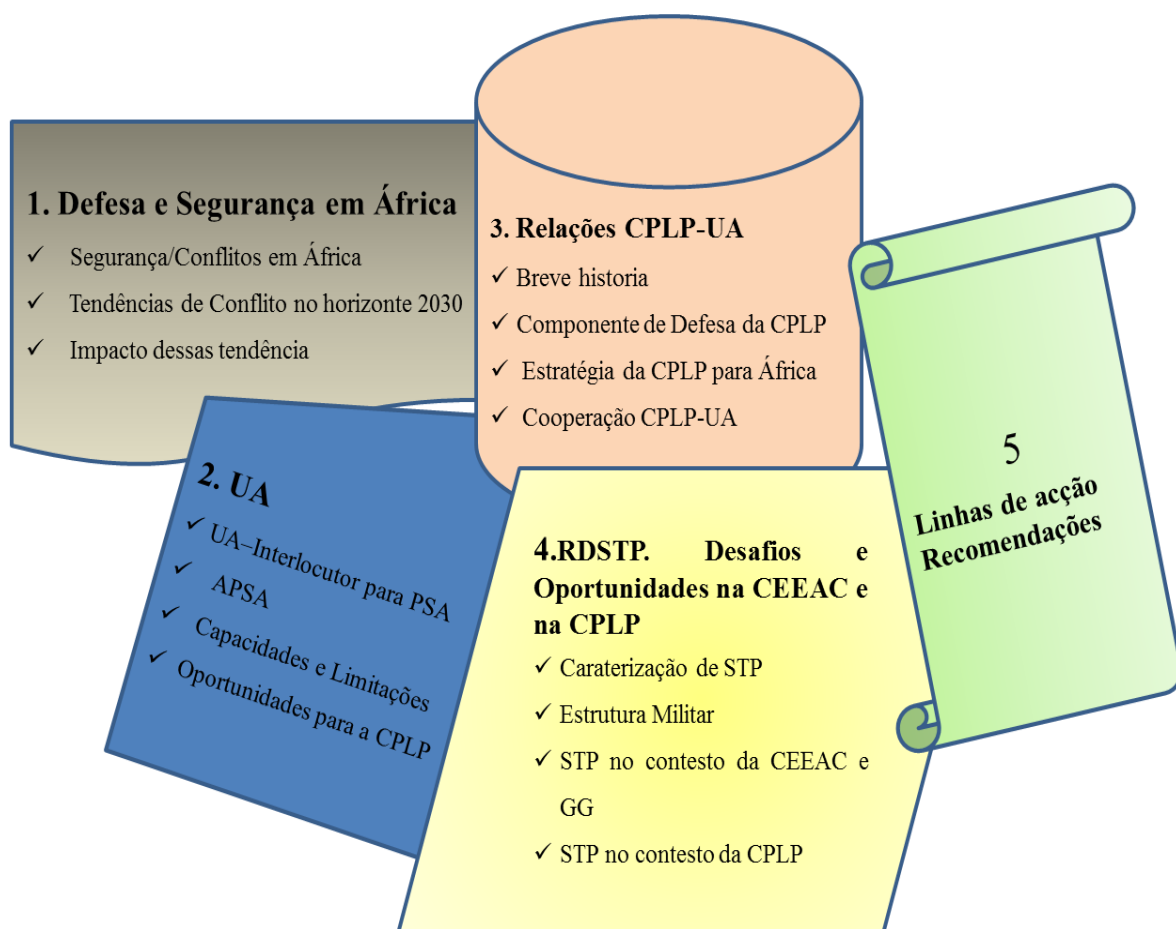


Figura 1 – Problematização teórica

Depois da análise preliminar do conhecimento disponível, definiu-se o modelo de análise e conceptualizou-se o problema. A exploração incluiu a análise de diferentes abordagens, a pesquisa do estado da arte e foi complementada com entrevistas exploratórias a especialistas.

Após consolidar a conceptualização na Problematização Teórica, referenciou-se os Objetivo Geral e Objetivos Específicos, a QC, as QD, definindo o Modelo de Análise.

Desenvolveu-se a Investigação, complementando os dados com entrevistas semiestruturadas a especialistas.

Das respostas às QD esboçou-se sínteses conclusivas que conjugadas constituem a resposta à QC, traduzindo nas conclusões do estudo.

No desenvolvimento da investigação, pretende-se responder à QC, seguindo o seguinte modelo: (Figura 2)

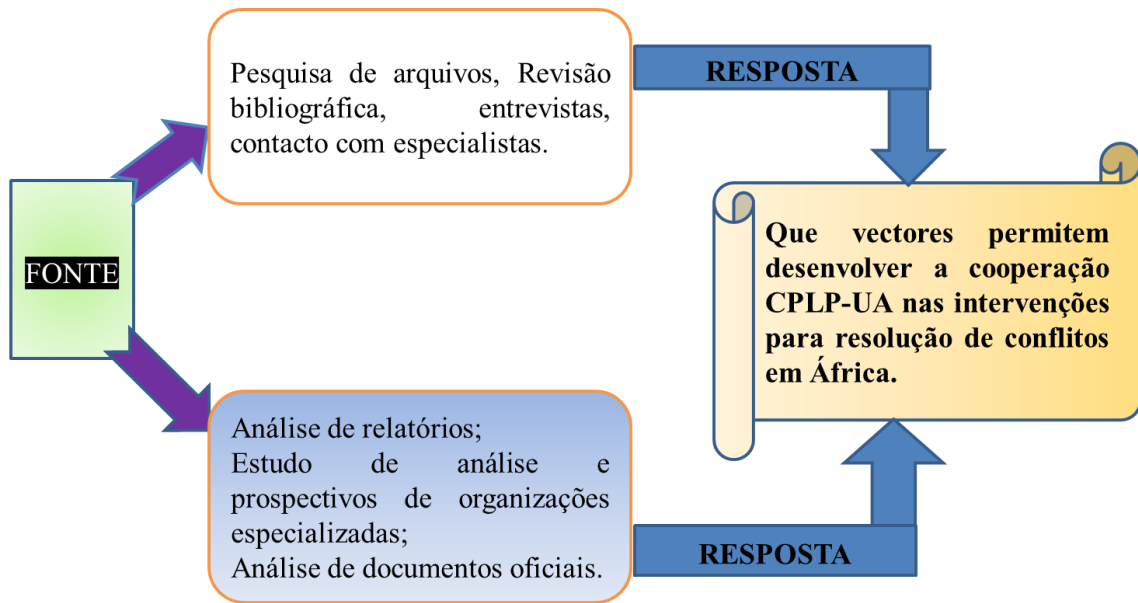


Figura 2 – Modelo de resposta à Questão Central

Organização do estudo

O presente TII, para além da introdução e conclusões, tem quatro capítulos.

No primeiro capítulo é abordado a problemática geral da Defesa e Segurança em África e as tendências de evolução da conflitualidade em África e ainda as possibilidades de intervenção. No segundo capítulo analisa-se a UA como interlocutor na resolução de conflitos em África, realçando o seu valor e actualidade apresentando capacidades e limitações da UA e as oportunidades para a CPLP. No terceiro capítulo, caracteriza-se o ambiente em que decorre a cooperação CPLP-UA, de modo a identificar espaços de complementaridade com outras Organizações Sub-Regionais e áreas de colaboração para o futuro; identifica-se o contributo da Comunidade para a resolução de conflitos em África, referenciando a sua capacidade de intervenção a nível continental e sub-regional. No quarto capítulo é abordado o caso específico da RDSTP, sendo membro da CPLP, CEEAC e da UA, que desafios e oportunidades se abrem na cooperação CPLP-UA e como pode contribuir para atingir esse desiderato.

Nas conclusões formula-se as recomendações e contributos, evidenciando linhas de ação e possibilidades para aprofundar a cooperação e aproximar as duas Organizações.



1. Defesa e Segurança em África.

A segurança em África é considerada uma prioridade estratégica, pois sem segurança não existe desenvolvimento sustentado, não há segurança do Estado ou das organizações, mas a dimensão da segurança real sentida e centrada na pessoa humana (Moreira, 2006).

O continente africano na atualidade continua a ser a zona do globo terrestre com mais conflitualidade, concentrando grande parte dos conflitos e consequentemente dos esforços tendentes à sua resolução. Os Estados Africanos estão preocupados com esta questão, na medida que, os problemas que afetam esse espaço agravaram-se e tomaram uma dimensão transnacional, ultrapassando fronteiras entre Estados. Para Adriano Moreira (2006), a globalização dos conflitos regionais afeta todo o mundo, passando a constar nas agendas da comunidade internacional, pois “a segurança a Norte passou a depender fundamentalmente da segurança e do desenvolvimento a Sul”.

1.1. Segurança e conflitualidade em África.

Alguns autores apontam como principal fator de conflitualidade em África a permeabilidade das fronteiras físicas (geralmente não coincidentes com as fronteiras étnicas e culturais) como sendo as causas de constantes disputas interétnicas, culturais e religiosas. Outros, como (Cardoso e Faria, 2002, p.13) relevam a deficiente governação, a instabilidade política e o subdesenvolvimento da maioria dos Estados, uma “crise de soberania do Estado-nação africano”. Outros ainda, apontam a luta pelo acesso aos recursos naturais, principalmente o petróleo, o gás natural, os diamantes e outros minérios, bem como o controlo desses espaços e das suas rotas de exportação, como fatores indutores de conflitos (Faria, 2004, pp.9-11).

Estes conflitos são normalmente do tipo intra-estatais, de intensidade variável, que proliferam e levam a conflitualidade para dentro dos Estados, em que os principais atores, nem sempre são os Estados.

Os conflitos do tipo intra-estatais afetam e são afetados por fatores endógenos ao próprio conflito, nomeadamente a luta pelo acesso a recursos, por territórios, o acesso ao poder ou a influência religiosa, bem como por fatores exógenos, como a conjuntura internacional e a geopolítica do momento e da região. Por estas razões, são considerados processos dinâmicos, ligados a atividades que variam em função do tempo, do espaço, dos interesses em causa, dos atores envolvidos e da conjuntura internacional, que podem degenerar em violência ou em guerra e em consequência a falência e o fracasso da



estrutura dos Estados e da inviabilidade deste em assegurar as suas principais funções, o desenvolvimento sustentado e a segurança das suas populações.

A falência estatal leva à luta pela identidade cultural e civilizacional em que, devido à manipulação das populações, pelas pressões políticas, económicas, raciais e ou religiosas, surgem conflitos no interior dos Estados, constituindo-se nos aspetos geopolíticos primordiais da conflitualidade em África (Fisas, 2004, pp.52-62).

Aceita-se normalmente o fato dos conflitos no continente africano, independentemente das causas que lhe dão origem, manterem essencialmente uma matriz intra-estatal, embora com maior incidência nas zonas fronteiriças e quase sempre associados a “Estados frágeis” (Dempsey, 2006, pp.2-3).

A situação de segurança e conflitualidade em África que se vive hoje, tem causas identificadas. Para sua resolução, exige ações multidisciplinares e coordenadas dos diferentes atores, e para tal, deve-se recorrer a uma abordagem holística que salvaguarde a soberania dos Estados e a afirmação Regional das diferentes entidades Africanas.

1.2. Tendências de evolução da conflitualidade em África no horizonte 2030.

Neste ponto, faremos a análise das tendências de evolução da conflitualidade e definir o futuro previsível de África no horizonte 2030. Para tal socorremos do estudo da evolução do continente, recorrendo para a sua caracterização os aspectos Político, Económico, Sociocultural, Tecnológico, Legal e Ambiental, tendo como referência as dimensões da segurança definidas por Barry Bunzan.

A África não é una, engloba em si diversas realidades. Por isso, esboçou-se um modelo de possibilidades genéricas, considerando que as estruturas no âmbito da APSA são capazes de continuar a garantir a preservação da Paz e Segurança e da estabilidade no Continente Africano, seja de forma autónoma, em parceria ou em complementaridade com outros atores. Para apoio à decisão de uma eventual intervenção, em cada caso, foi efetuado um estudo do contexto específico, que caracteriza a situação e teve em consideração as tendências de conflitualidade, tendo em conta as possibilidades que existem e o quadro em que essa resposta se materializa.

Para facilitar a análise acima referida, numa primeira fase, identificamos as Tendências Gerais (TG) da evolução do continente, recorrendo a estudos de referência, procurando eleger aquelas que influenciam a conflitualidade. Ponderando os Fatores de Criticidade (FC), cuja opção fundamenta-se em estudos de análise da teoria dos conflitos, sendo entendidos como aqueles cuja valorização indica a probabilidade de se tornarem



tendências de conflitualidade (TC). Assim, consideramos os FC apresentados na tabela abaixo.

Tabela 1 - Factores de Criticidade

Concorrer para a falência dos Estados
Promover as ameaças
Potenciar a destabilização ou inconformidade nas populações
Potenciar a destabilização Social
Limitar os meios de resolução dos conflitos

Da nossa avaliação, para África, no horizonte 2030 espera-se uma evolução conforme apresentado nas tabelas seguintes.

Tabela 2 - Tendência Gerais de Evolução para África no horizonte 2030

ÂMBITO	TENDÊNCIAS GERAIS DE EVOLUÇÃO
Político	Globalização; Incerteza e complexidade do contexto mundial; Democratização dos regimes; Novos atores; Consolidação das estruturas regionais e sub-regionais.
Económico	Peso dos mercados globais na economia mundial; Crescimento económico; Escassez de recursos básicos; Globalização dos recursos estratégicos; Distribuição anormal da riqueza.
Social e Cultural	Crescimento demográfico; Aumento das migrações; Crescente urbanização; Fragmentação de identidades; Desemprego; Fome e pobreza; Deterioração da saúde pública e pandemias; Cidadania global.
Tecnológico	Inovação tecnológica; Globalização do acesso a novas tecnologias; Centralidade da tecnologia na sociedade; Valorização da informação.
Legal	Afirmação do Estado de direito; Fomento de boa governação; Valorização do regionalismo; Manutenção dos Estados frágeis.
Ambiental	Acentuar das mudanças climáticas; Incremento de desastres naturais; Consequências do aquecimento global.



Tabela 3 - Tendências de Conflitualidade em África no Horizonte 2030

TENDÊNCIAS DE CONFLITUALIDADE	
Incremento de Estados Frágeis	Ligada a falta de condições do Estado em garantir as suas funções básicas; Má Governação; Corrupção e incapacidade de controlo do território.
Ações Terroristas	Fomentada pelo extremismo religioso e tribal.
Conflito Armado Intra-estatal	Derivada da acção de extremistas religiosos e tribais, milícias locais, grupos rebeldes ou descontentes.
Crime Organizado Transnacional	Narcotráfico; Tráfico de armas, humano, recursos estratégicos.
Proliferação de Armas de pequeno calibre	Uso descontrolado de armas por grupos de crime organizado.
Guerras irregulares e de subversão	Proveniente de ameaças assimétricas ligada normalmente a conflitualidade intra-estatal e a movimentos de cariz ideológico-tribal.
Revoltas sociais	Relacionadas com o agravamento das condições de vida. Falta de emprego, pobreza extrema, escassez de recursos, distribuição irregular da riqueza e a frustração de expectativas das populações.
Atos de Pirataria nas rotas marítimas	Na costa ocidental de África, principalmente no Golfo da Guiné onde concentra importante fluxo marítimo, condicionando a livre utilização dessas rotas, causando assim avultados prejuízos ao comércio mundial.
Ações contra fontes de recursos estratégico	São utilizados como forma de obtenção de recursos por atores não estatais, destabilizando as parcerias com a finalidade de descredibilizar os Estados.
Lutas pelos recursos essenciais	Derivado da escassez, má distribuição e quebra na produção resultantes muitas das vezes das alterações climáticas.
Conflitos Urbanos	Resultante da concentração da população em grandes centros a procura de melhores condições de vida, associados a desertificação do interior e potenciando as revoltas sociais.
Agravamento dos desastres naturais	Derivada das alterações climáticas resultantes da má utilização e gestão ambiental.
Regionalização dos conflitos	Derivado do alastramento de conflitos intra-estatal, provocando fluxo de refugiados, migrações e criação de base de recrutamento e de apoio a atores não estatais envolvidos no conflito.



Adotamos para a análise das tendências o modelo e o racional apresentado no quadro abaixo.

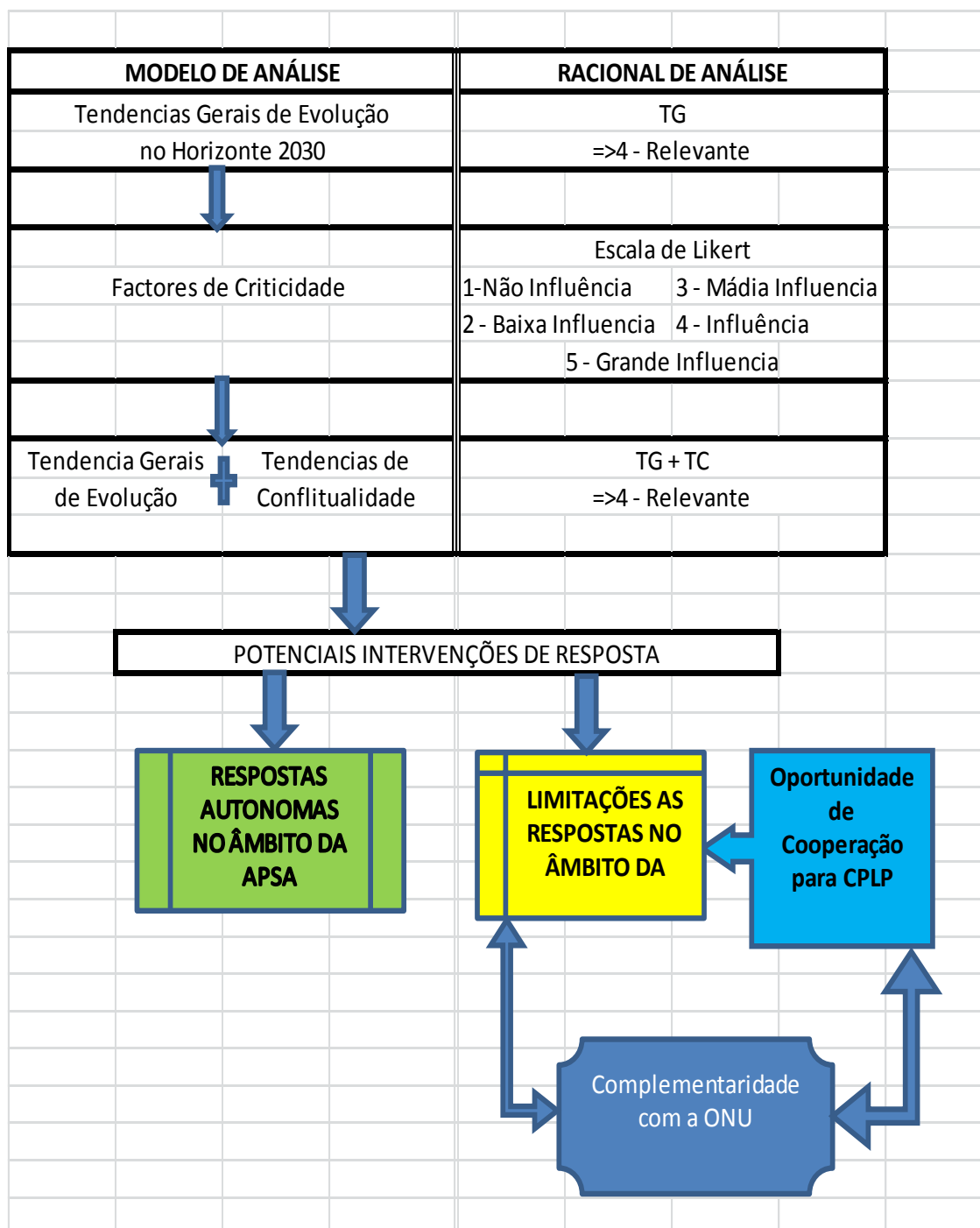


Figura 3 - Modelo e Racional de Análise

Integrando as tendências de conflitualidade com os factores de criticidade, permitiu-nos obter o resultado apresentado no quadro abaixo.



Quadro 3 - Factor de Criticidade/Tendência de Conflitualidade

	FACTORES DE CRITICIDADE (CRITÉRIOS)											
	Falência dos Estados		Promoção das Ameaças		Desestabilização Social		Insegurança e Inconformidade		Incapacidade de Resolução de Conflitos		Media Ponderada	
TENDÊNCIA DE CONFLITUALIDADE	5		4		3		2		1		75	
Estado Frágeis	5	25	4	16	4	12	3	6	4	4	63	84%
Fome e Pobreza	4	20	4	16	5	15	5	10	2	2	63	84%
Distribuição anormal da Riqueza	4	20	4	16	4	12	4	8	1	1	57	76%
Crescimento da Urbanização	2	10	5	20	4	12	4	8	2	2	52	69%
Escassez de Recursos Básicos	3	15	4	16	4	12	4	8	3	3	54	72%
Fraturas Identitárias	3	15	4	16	4	12	4	8	3	3	54	72%
Endemias e Pandemias	3	15	4	16	4	12	4	8	3	3	54	72%
Crescimento das Migrações	3	15	4	16	4	12	4	8	3	3	54	72%
Crescimento Demográfico	3	15	4	16	4	12	3	6	3	3	52	69%
Desastres Naturais	4	20	2	8	4	12	4	8	3	3	51	68%

Fonte: Adaptado a partir de (Bertram, 2012)

Da análise prospetiva efetuada aos dados acima apresentados, concluímos que apesar do incremento no crescimento económico dos Estados, a distribuição de riqueza não melhorará e consequentemente a situação de vida das populações continuará a degradar, o que vai provocar atos de contestação contra os Estados e colocar em causa a unidade africana e a credibilidade das ações. A luta pela escassez dos recursos deverá assumir preponderância como fator de conflitualidade devido ao crescimento demográfico, à fome, à pobreza extrema, à crescente urbanização e às alterações climáticas.

A desertificação do interior resultante do êxodo das populações para centros urbanos a procura de melhores condições de vida, fomenta a degradação das condições de vida nos grandes centros e o consequente aumento do desemprego, fornecendo espaço para o controlo e um domínio autónomo dessas regiões por atores não estatais, colocando em causa a autoridade do Estado e facilitando a criação de campos de treino de grupos terroristas. Estas situações constituem ameaças à Paz, Segurança e à estabilidade do Continente no horizonte temporal definido.



1.3. Impacto dessas tendências nas potenciais intervenções de resposta.

O impacto das TC para África no horizonte 2030, identificadas anteriormente, verifica-se em dois vetores distintos:

- a) A ação política, económica, diplomática, social, tecnológica e ambiental;
- b) As potenciais intervenções de resposta das estruturas de promoção da Paz e Segurança e da estabilidade no continente africano.

Para o primeiro vetor, as respostas englobam uma multiplicidade de atores e parceiros da UA, em âmbito distinto da estrutura da APSA, situando-se na promoção do desenvolvimento numa perspetiva holística de vários fatores, numa lógica de *comprehensive approach*.

Apesar de ser essencial, neste contexto, este fator não é objeto do presente estudo, pelo que as respostas requeridas, neste âmbito, serão abordadas de modo complementar, na justa medida em que possam ser protagonizadas pela UA e pelas CER/MR, em complemento das potenciais intervenções de resposta (PIR).

Para o segundo vetor, PIR, apresentado no quadro 4, torna necessário identificar os que contribuem para a resolução dos conflitos, agindo na redução das suas causas, sendo equacionável uma articulação entre a UA e os seus principais parceiros.

Quadro 4 - Potenciais Intervenções de Resposta

TENDENCIAS DE CONFLITUALIDADE	POTENCIAIS INTERVENÇÕES DE RESPOSTA
Estados Frágeis	✓ Alerta Prévio ✓ Ação Política de Apoio ✓ Programas de parceria ✓ Reforma do Sector de Defesa e Segurança ✓ Compromisso e Diálogo ✓ Coordenação de ações ✓ Resposta das Organizações Sub-regionais ✓ Implementação de respostas militar
Ações Terroristas Crime Organizado Transnacional Proliferação de Armas de pequeno calibre	✓ Alerta Prévio ✓ Ação Política de Apoio ✓ Programas de parceria ✓ Coordenação de ações ✓ Implementação de respostas militar ✓ Resposta das Organizações Sub-regionais



TENDENCIAS DE CONFLITUALIDADE	POTENCIAIS INTERVENÇÕES DE RESPOSTA
Conflito Armado Intra-estatal Guerras irregulares e de subversão Ações contra fontes de recursos estratégicos	✓ Alerta Prévio ✓ Ação Política de Apoio ✓ Compromisso e Diálogo ✓ Coordenação de ações ✓ Implementação de respostas militar ✓ Resposta das Organizações Sub-regionais ✓ Programas de parceria
Atos de Pirataria nas rotas marítimas	✓ Alerta Prévio ✓ Ação Política de Apoio ✓ Coordenação de ações ✓ Implementação de respostas militar ✓ Resposta das Organizações Sub-regionais ✓ Programas de parceria
Revoltas sociais Lutas pelos recursos essenciais Conflitos Urbanos	✓ Alerta Prévio ✓ Ação Política de Apoio ✓ Programas de parceria ✓ Compromisso e Diálogo ✓ Coordenação de ações ✓ Resposta das Organizações Sub-regionais ✓ Implementação de respostas militar
Agravamento dos desastres naturais	✓ Resposta a Catástrofes Naturais ✓ Programas de parceria ✓ Coordenação de ações
Regionalização dos conflitos	✓ Alerta Prévio ✓ Ação Política de Apoio ✓ Programas de parceria ✓ Compromisso e Diálogo ✓ Coordenação de ações ✓ Resposta das Organizações Sub-regionais ✓ Implementação de respostas militar

As potenciais intervenções de resposta baseiam-se nas diferentes possibilidades da APSA, recorrendo a todos os seus órgãos (na UA, nas CER/MR e nos EM) procurando delinear ações a desenvolver para a preservação da Paz e Segurança em África, na capacidade africana de implementação, aspetos a fortalecer, limitações e respostas fora das atuais capacidades africanas e áreas onde não existe capacidade de resposta.

Para as estruturas da APSA as respostas têm um impacto na prontidão necessária das FPA e da ACIRC, na organização das estruturas de planeamento e dos processos de



decisão, na definição das parcerias e na coordenação dos diferentes apoios. Todas estas ações carecem de acertos internos dentro das estruturas da APSA e uma clara definição de responsabilidades e dos seus níveis de materialização, bem como da autonomia de cada patamar de coordenação.

Nos atores externos, o impacto é diferente, pois exige processos internos de decisão para cada organização e para cada ator, coordenação entre as diferentes OI e os atores estatais com interesse na região, de modo a consolidar quem apoia, quem financia e como salvaguardar a necessária complementaridade no apoio às intervenções.

A coordenação deve ser efetuada, tendo sempre como parceiro prioritário a UA, pois é esta organização que, dentro do princípio da apropriação africana da resolução dos conflitos, desencadeia e coordena internamente os pedidos de apoio e a promoção das parcerias adequadas à implementação das PIR, numa aplicação adequada do princípio da subsidiariedade.

Às OI, cabe a tarefa de criar mecanismos de diálogo formais com as estruturas da APSA, onde se debatam as possibilidades de cada parceiro, se possam evidenciar as áreas mais adequadas à cooperação e se ponderem os benefícios da complementaridade entre capacidades das diferentes organizações.

1.4. Síntese conclusiva

O problema da Paz e Segurança em África ultrapassa o espaço regional, assumindo a preponderância global que exige respostas multidisciplinares, onde a UA tem elevada importância como principal ator africano no contexto internacional.

Os conflitos no continente africano, independentemente das causas que lhe dão origem, têm essencialmente uma matriz intra-estatal, embora com maior incidência nas zonas fronteiriças e quase sempre associados a Estados frágeis. Para sua resolução, exige ações multidisciplinares e coordenadas dos diferentes atores, e para tal, deve-se recorrer a uma abordagem holística que salvaguarde a soberania dos Estados e a afirmação Regional das diferentes entidades Africanas.

Apesar do incremento no crescimento económico dos Estados, a distribuição de riqueza não melhorará e consequentemente a situação de vida das populações continuará a degradar, o que vai provocar atos de contestação contra os Estados e colocar em causa a unidade africana e a credibilidade das ações. A luta pela escassez dos recursos deverá assumir preponderância como fator de conflitualidade devido ao crescimento demográfico, à fome, à pobreza extrema, à crescente urbanização e às alterações climáticas.



Numa primeira abordagem, as TG no horizonte de 2030 para o continente africano traduzem uma esperança de melhoria, ainda que moderada, nas várias dimensões da segurança.

Decorrente da análise efetuada, são consideradas como principais TC em África aumento de número de Estados frágeis, agravamento do terrorismo, dos conflitos intra-estatais e o seu alastramento regional, as redes de crime organizado transnacional, de tráfico e a proliferação de armas de pequeno calibre, dos atos de pirataria, das revoltas sociais de insatisfação e o incremento da conflitualidade urbana, e os desastres naturais.

As potenciais intervenções de resposta devem incluir a ação política de apoio, o recurso a programas de parceria, a coordenação das ações a desenvolver e a implementação de intervenções de resposta militar, recorrendo à resposta das CER e MR, na sequência do alerta prévio, privilegiando o compromisso e diálogo como meio de resolução dos conflitos.

Face ao referido, as TC, no horizonte de 2030, exigem respostas e intervenções para a resolução dos conflitos, que se efetivem dentro do quadro da APSA e no âmbito da atuação da UA e das CER e MR, exigindo o apoio de parceiros, pelo que consideramos respondida à QD1 e atingido o OE1.



2. União Africana e a Resolução de Conflitos em África.

2.1. União Africana como interlocutor para Paz e Segurança em África.

A UA assume-se cada vez mais como um ator ativo das relações internacionais e das iniciativas regionais e sub-regionais, aproxima-se dos outros espaços regionais e afirma-se através de novas lideranças nacionais.

O surgimento da UA como o principal interlocutor da Comunidade Internacional impôs uma nova visão, “novas normas para o tratamento dos assuntos da paz, segurança, desenvolvimento e estabilidade, criando novas instituições” (Engel, 2010, p. 2).

O Ato Constitutivo da UA promoveu um novo paradigma para África baseado na promoção da Paz, Segurança e da estabilidade, refletindo princípios e objetivos comuns, determinando de modo claro responsabilidades a cada um dos Estados Membro (EM).



Figura 4 – Mapa dos Países membros da UA

Fonte: Adaptada imagem Google

O modelo desenvolvido contempla a diversidade das regiões, dando-lhes um significativo protagonismo, salvaguardando que a responsabilidade das decisões é dos EM. Com uma estrutura adaptada à realidade africana, a UA assume assim o espírito de uma unidade política, económica e de segurança a nível continental, passando a ser vista pela



Comunidade Internacional (CI) como um relançamento da OUA, numa nova fase da história de África. (Bernardino, 2008, p. 157).

Assumindo-se como coordenador e dinamizador interno e externo da promoção do Desenvolvimento, da Paz e Segurança, a UA está a cimentar este modelo de afirmação de África, com um nível de ambição mais abrangente, sendo identificada como interlocutor, fomentador de complementaridades e aglutinador de vontades, conjugando valores e princípios africanos com diferentes sensibilidades e interesses, interligando as organizações sub-regionais, os EM e os Parceiros Internacionais.

2.2. Arquitectura de Paz e Segurança Africana.

A credibilização e operacionalização da sua estrutura materializaram-se num modelo de resposta aos desafios de África, que permitiu edificar um sistema que promove a Paz e Segurança. A Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA), conjugada com a criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) na promoção do desenvolvimento sustentado, fomentou a autoconfiança, materializando os princípios gerais da UA. Ela, a APSA é fundamentada numa série de instrumentos legais que estabelecem as instituições que a compõem e delimitam as suas acções sendo o seu pilar central o Conselho de Paz e Segurança dotado de poderes comparáveis aos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no âmbito do continente africano, pois, no que respeita ao assunto de segurança, é o Órgão deliberativo permanente para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente, com estrutura e mecanismos que permitem responder às situações de conflito e crise. Superintende as Organizações regionais, é o ponto de contacto com a ONU e de entre outras, recomenda à Assembleia de Chefes de Estado e de Governo a intervenção militar num EM. Em complemento ao Protocolo, existe normas, que rege a cooperação africana nas questões de defesa e segurança, a resposta a rupturas da ordem constitucional e a relação entre a UA e organismos regionais no que diz respeito à promoção e manutenção da paz.

Este modelo baseado no princípio da apropriação africana de resolução dos conflitos tem materializado a sua ação em intervenções com o apoio de OI e promovido a subsidiariedade entre os diferentes níveis de resposta, EM, Comunidades Económicas Regionais (CER), Mecanismos Regionais (MR) e UA.

Com uma estrutura descentralizada, em que cada região assumiu um papel relevante, baseia-se em dois princípios: ter mecanismos de intervenção disponíveis para materializar



a resolução da conflitualidade e estimular todos os EM a assumir as suas responsabilidades no âmbito da Paz e Segurança.

A participação das CER e MR, como patamar sub-regional de planeamento, avaliação e coordenação das intervenções, permitiu adequar as acções da UA às diferentes realidades, criando soluções mais ajustadas para cada contexto e fazendo com que cada sub-região assumia os conflitos que nela deflagram.

Os Estados assumiram a posição central, validando as decisões, assegurando o aprontamento das Forças, participando na execução das missões no nível sub-regional e através dos seus representantes garantem a participação no processo de decisão estratégica e no planeamento operacional.

Assim, na APSA podemos identificar claramente os três níveis de decisão e de atuação: a UA, as CER/MR e os EM. Como diz Pierre-Michael Joana (2011, p. 80) “a APSA assenta em duas categorias: as bases (textos oficiais, instâncias de concertação e decisão, sistemas de alerta e mediação e sistemas de financiamento da Força de prontidão) e setores de ação (prevenção de conflitos, formação e treino das Forças, equipamento de transporte e reconstrução pós-conflito)”.

As intervenções no âmbito da APSA surgem dentro das respostas previstas na Política Comum de Defesa e Segurança Africana (PCDSA), com a Força de Prontidão Africana (FPA) orientada para a manutenção de paz, sendo os EM responsáveis pelo aprontamento e treino das Forças.

No âmbito da Diplomacia Preventiva, o Painel de Sábios (PS) tendo um carácter sistemático e inovador, atua fruto do alerta prévio da conflitualidade e assume significado fundamental na mediação e conciliação pré-conflito.

Para o financiamento das atividades, o Fundo Africano para a Paz (FAP) materializa o instrumento financeiro, cujas origens são o Orçamento da UA e os contributos dos EM, assumindo os apoios externos especial significado.

Na coordenação destas ações, a UA sistematizou processos, ligações e responsabilidades através do Memorando de Entendimento (ME) com as CER e MR, assumindo a capacidade de realizar Operações de Apoio à Paz (OAP), com foco na contribuição para a prevenção, gestão e resolução dos conflitos.

Porém, a falta de conjugação das diferentes visões do sistema e a afirmação singular dos EM tem criado dificuldades nas intervenções no âmbito da APSA e tem tido impactos negativos na rentabilização dos recursos disponíveis em cada situação.



Importa assim, definir qual o espaço de atuação da APSA em cada caso, quem detém a responsabilidade de coordenação estratégica e política, do planeamento e da geração de forças, do treino e da implementação das intervenções.

Como principais desafios no processo de operacionalização da APSA, a obediência ao princípio da apropriação africana requer que as OI atendam aos pedidos das estruturas africanas, exigindo a existência de processos para avaliar e estimar as necessidades, sistematizá-las e apresentá-las em tempo, capacidade que na UA é bastante reduzida (Pereira, 2011, p. 103).

Poderemos dizer que a edificação da APSA tem sido eficaz e tem registado progressos encorajadores. O caminho a percorrer é longo e tem de ser efetuado com firmeza, beneficiando dos apoios e empenho da Comunidade Internacional.

2.3. Capacidades e limitações da União Africana.

Para as diferentes Potenciais Intervenções de Resposta, a maioria das capacidades no âmbito da APSA só se podem concretizar com apoio ou em complementaridade com outras organizações, surgindo significativas limitações na sua aplicação.

De forma autónoma, consideramos que a UA só consegue assumir um número muito reduzido de tarefas, sustentadas nas suas capacidades, o que indica a necessidade de cooperação, como apresenta o mapa da Tabela 4.

Tabela 4 – Capacidades da União Africana

CAPACIDADES DA UNIÃO AFRICANA	
–	Ação política de apoio, no quadro legal que dispõe ou em parceria;
–	Implementar de forma limitada OAP e participar em operações de controlo a pedido dos EM;
–	Contribuir para o compromisso e diálogo através do PS;
–	Efetuar o alerta prévio através do Sistema Continental de Alerta Prévio e do PS;
–	Implementar a resposta das CER e MR de forma diferenciada entre regiões;
–	Promover a coordenação das ações, assumindo especial significado a coordenação e a conjugação de apoios de atores externos, através dum modelo que permita a definição clara dos pedidos de apoio e possibilite fazer a avaliação do parceiro mais adequado para uma resposta eficaz;
–	Promover programas de parceria, de modo conjugado e centralizado.



Quanto a limitações identificadas para a UA, só serão debeladas num quadro de apoio e complementaridade de OI ou parceiros externos, como demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Limitações da União Africana

LIMITAÇÕES DA UNIÃO AFRICANA
– A participação em processos de Reforma do Setor de Defesa e Segurança; – A resposta a catástrofes.

Esta situação evidencia um espaço de aprofundamento da cooperação e constitui um problema incontornável que tem conduzido a uma reduzida autonomia da UA e a uma dependência de apoios externos, mormente do ocidente.

Beneficiando de cooperações de diferentes níveis e para diversos fins a UA e os CER/MR têm tentado assegurar as condições de implementação de determinadas intervenções, a formação necessária à edificação e capacidades e o treino necessário ao aprontamento das forças.

2.4. Oportunidades para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Verifica-se que para as diferentes Potenciais Intervenções de Resposta, a maioria das capacidades no âmbito da APSA só se materializam com apoio ou em complementaridade com as OI. No caso das limitações identificadas para a UA, a sua superação ocorrerá maioritariamente em quadros de apoio e complementaridade de OI ou parceiros externos.

Assim, para a CPLP abre oportunidades nas seguintes áreas prioritárias:

- O treino das FPA e a promoção da ACIRC;
- A luta contra a pirataria;
- A edificação de uma capacidade africana de vigilância marítima.

2.5. Síntese conclusiva

A centralidade da temática securitária na agenda política africana permitiu uma nova abordagem na prevenção, gestão e resolução dos conflitos. A APSA juntamente com o CPS sobre o qual está alicerçada representa uma inovação nesta matéria.

Em termos documentais há uma vasta produção institucional que revela a motivação dos dirigentes africanos em contrariar os presságios afro-pessimista. Porém, subsistem problemas que tem limitado a concretização dos objetivos e intenções. A dependência financeira e técnica aos países ocidentais, a incoerência e a ambiguidade política dos Estados-membros, a disputa pela liderança entre as grandes potências africanas coadjuvados com a competição por recursos naturais africanos onde entram vários atores externos, o terrorismo, o tráfico humano e de estupefacientes, a erosão do Estado e a sua



perda de legitimidade, são alguns exemplos da longa lista de sintomas que tem debilitado e enfraquecido o desenvolvimento do espaço africano.

Numa primeira análise, a APSA está dimensionada para a intervenção na conflitualidade inter-estatal e para intervenções no âmbito das OAP, porém, novos desafios à capacidade de intervenção, na medida que à conflitualidade actual é de carácter intra-estatal.

É reconhecido à UA como interlocutor, conciliador de vontades, coordenador de ações, mas acima de tudo como fomentador de parcerias internas e externas, aprofundando à sua afirmação no âmbito da APSA. Dando uma nova roupagem ao pan-africanismo, a UA tem fortalecido a união entre regiões e Estados-membro, respeitando as diferentes realidades, estratificando responsabilidades na promoção da Paz e Segurança, com modelos adaptados à matriz regionalista de África.

Como modelo de preservação da Paz e Segurança, a APSA constitui um sistema comumente aceite, adaptado à realidade africana, que fomenta a coordenação e a confiança dos africanos na conjugação de esforços para um fim comum.

Longe de um grau de mestria que permita o funcionamento pleno da APSA, a UA e os CER/MR têm materializado nos seus relatórios as necessidades e o caminho a seguir, assumindo pela dinâmica que imprimem às cooperações, a incapacidade de autonomamente cumprir todas as tarefas e atingirem a operacionalidade plena.

Mais que avaliar o sucesso das intervenções, importa salientar a dinâmica produzida, a evolução verificada, mas acima de tudo a confiança, a união e o reconhecimento que a UA merece interna e externamente, estimulando a confiança na afirmação da promoção da Paz e Segurança em África.

A estrutura da APSA permite responder com ações políticas de apoio, limitadas intervenções militares, diálogo e compromissos, alerta prévio, uma precária coordenação de ações e com a promoção de programas de parceria.

Constituem oportunidades de cooperação para a CPLP, seja num quadro de parceria bilateral ou num contexto de complementaridade, as limitações da UA na formação, certificação de forças, a promoção de mecanismos de controlo de território, a edificação de capacidades, a vigilância marítima, a luta contra a pirataria.

Assim, consideramos respondida a QD2 e atingido o OE2.



3. Relação Comunidade de Países de Língua Portuguesa – União Africana.

3.1. Breve história da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Foi no contexto da erosão do mundo bipolar que a CPLP surgiu tendo como matriz primária o património comum da Língua Portuguesa, a sua defesa, promoção e valorização no contexto global, tendo evoluído nos anos seguintes à assinatura, em 1996, do Ato Constitutivo para outros patamares da cooperação, como é o caso da cooperação na vertente da Defesa, passados dois anos.

Os desafios e as ameaças contemporâneas como o terrorismo, as guerras, as calamidades naturais, provocando o movimento de grandes massas de populações a procura de melhores condições de vida, com implicações sociais e culturais, tanto para estes como para os espaços de acolhimento. Esta situação leva-nos a equacionar a questão da defesa e segurança dos Estados, procurando respostas partilhadas para estes desafios e ameaças que são transnacionais e comuns.

Os conceitos e noções que até há bem pouco pareciam mais ou menos permanentes, ou com um grau de estabilidade mais acentuado no contexto das Relações Internacionais, têm vindo a desmoronar-se, dando lugar a novos paradigmas bem diferentes daqueles que resultaram do final da guerra fria e que lançam novos desafios para as organizações como a CPLP, ocupando estes um espaço no contexto global.

A CPLP surge como uma organização que assenta numa Comunidade de Estados, onde se partilham valores, ideologias e cultura, onde se procura otimizar a cooperação estratégica, onde a segurança e a defesa constituem um dos objetivos partilhados e que em face das ameaças transnacionais que os Estados-membro estão sujeitos, passa-se a assumir como um produtor de segurança regional e instrumento de paz e desenvolvimento no mundo (Luís Bernardino, 2008).

3.2. Componente de defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Situação actual e capacidades.

A componente de Defesa da CPLP constituiu uma área de preocupação desde a sua criação, embora não estivesse formalizada nos Estatutos e na Declaração Constitutiva de 1996. Esta vertente da cooperação da “nova” dimensão de Defesa “surge no âmbito das políticas externas dos EM da organização, na tentativa de concertar posições, dando corpo a um dos seus principais objectivos” (Ramalho, 2006).

O vínculo à área da Defesa ficou mais forte em 1998 quando em Portugal, se realizou por iniciativa portuguesa, a 1ª Reunião de Ministros da Defesa, em que Portugal e os



PALOP, tendo o Brasil como observador, estabeleceram as primeiras linhas orientadoras da futura vertente de Defesa da CPLP. A partir da 4ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília em 2002, a cooperação na área da Defesa passou a estar incluída nos estatutos da CPLP e as reuniões de Ministros da Defesa, passaram a realizar-se no quadro das outras reuniões ministeriais.

Ao longo de mais de uma década de existência, foram sendo dados “passos seguros no sentido de consolidar e aprofundar a relação entre os Estados signatários com vista a fortalecer a Comunidade” (Fonseca, 2006).

Este processo institucional, transversal em todas as áreas da cooperação, teve uma expressão significativamente peculiar na vertente da Defesa, “que sendo das áreas mais recentes de cooperação, teve um crescimento sustentado e participativo” (Lopes, 2006).

Na Declaração Final da 2ª Reunião dos Ministros da Defesa em 1999, os Ministros da Defesa, concordaram em constituir um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD), com sede em Lisboa. Tendo sido aprovado o seu Normativo na 3ª Reunião de Ministros da Defesa, em Luanda (2000), marcando oficialmente o início das suas actividades.



Evolução da Componente de Defesa na CPLP (1996-2016)



Figura 5 – Evolução da Componente de Defesa da CPLP

Fonte: Adaptado a partir de “Uma visão Estratégica de Defesa para a CPLP (Luís Bernardino, 2016)



A necessidade face às mudanças impostas pela envolvente internacional, de acompanhar os desenvolvimentos na área da Segurança e da Defesa e simultaneamente de reforçar os laços de cooperação neste domínio, determinaram a criação pelos Ministros de Defesa da CPLP, do Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa (CAE). O CAE é um órgão que visa a pesquisa, o estudo e a difusão de conhecimentos, no domínio da estratégia, com interesse para a Comunidade, tendo como objectivo primordial “promover o estudo de questões estratégicas de interesse comum que habilitem à tomada de posições concertadas nos diversos “fora internacionais” e acompanhar os desenvolvimentos na comunidade internacional” (CAE, 2002).

As Reuniões dos Ministros da Defesa e de CEMGFA da CPLP constituem os órgãos de decisão e de acompanhamento das acções desenvolvidas pela Comunidade no âmbito da Defesa, para além de ser um fórum de discussão e troca de informações sobre as preocupações relativas à segurança.

As reuniões ao nível dos CEMGFA passaram a decorrer em paralelo com as reuniões ministeriais, que para além de analisar numa perspectiva militar conjunta, as propostas e desenvolvimentos do pilar da Defesa, passou a integrar a vertente doutrinária, operacional e logística da execução dos Exercícios da série “Felino”. Actualmente, estes exercícios têm vindo a empenhar mais meios humanos e materiais, verificando-se uma melhor coordenação na organização, no planeamento e na conduta operacional, constituindo-se num facilitador de possível emprego futuro de meios militares a favor dos superiores interesses dos EM e da Comunidade (Protocolo de Defesa da CPLP, 2006).

Outro aspecto a ter em consideração é o facto dos países da CPLP terem uma plataforma estratégica comum que é o oceano, em particular o Oceano Atlântico, nas suas áreas Média e Sul, apresentando um crescente interesse de natureza estratégica, de crucial importância para a segurança e defesa global e particularmente em África, onde existem situações de grande fragilidade económica e social, com pulsões geradoras de instabilidade tanto no Sul como no Norte (estados falhados, criminalidade organizada, zonas insuficientemente controladas, terrorismo jihadista). Se combinarmos os factores caracterizadores do ambiente conflitual na actualidade africana com as necessidades e potencialidades da UA, conclui-se que é muito importante e aconselhável a articulação dos esforços entre a CPLP e a UA nesse combate.



3.3. Estratégia da Comunidade de Países de Língua Portuguesa para África.

Actualmente a cooperação entre as OI e as Organizações Sub-regionais Africanas é a principal base da estrutura de segurança continental africana, pois são elas que se encontram mais perto dos problemas, o que significa que são aquelas a quem mais interessa resolvê-los. Contudo, não é só por isso que estas organizações são fundamentais. A segurança em África necessita tanto de um envolvimento de curto prazo (com medidas político-militares) como de longo prazo (desenvolvimento sustentado), logo, devem ser vistas como os principais actores capazes de cumprir esta missão a tempo inteiro (Gama, 2006).

A CPLP, tendo neste continente seis dos seus Estados-membro, está institucionalmente interessada em garantir-lhes segurança e condições para um desenvolvimento participado. Na dinâmica das Relações Internacionais estes objectivos conseguem-se internamente através de uma maior cooperação entre os Estados-membro e externamente, colaborando com as Organizações Sub-regionais Africanas e a Comunidade Internacional, contribuindo para a paz e desenvolvimento na região, o que no caso da CPLP em África, implicaria um reforço na cooperação interna e políticas mais activas de cooperação na vertente externa, pois como refere Faria, “ao nível multilateral organizações como a UE, ONU, UA, tal como outros grupos de países têm responsabilidade na paz e na estabilidade em África” (Bernardino, 2007, p. 46).

A divisão geográfica do continente africano em cinco regiões e estando associado a cada uma destas regiões uma organização sub-regional, criou uma dinâmica diferenciada dentro do continente africano. Os PALOP, estando geograficamente descontínuos, fazem parte de diferentes organizações sub-regionais, o que obriga a uma maior coordenação nas acções, estratégias e políticas externas da Comunidade, bem como a uma multilateralidade de comportamentos cooperativos da CPLP para com as Organizações Sub-regionais Africanas.

A CPLP estabeleceu em 1998 um diálogo com a OUA e com a CEDEAO, aquando da crise na Guiné-Bissau, tendo ainda recentemente estabelecido um acordo formal com a União Económica e Monetária da Africa Ocidental (UEMOA).

Na área da segurança e Defesa regional esta interligação com a Arquitectura de Segurança Africana, pode-se fazer pela via do reforço das capacidades individuais dos Estados-membro da CPLP, criando capacidades próprias através de cooperação técnica militar, para intervirem com os seus pares, pois em cada uma das Organizações Sub-



regionais, existe uma componente militar, a quem compete restabelecer a paz nessas sub-regiões em superior concordância com a UA e a ONU. Nesta modalidade de acção e especialmente de vontades existe espaço para os PALOP intervirem, “quer individualmente quer mesmo transportando a bandeira da CPLP, principalmente se esses conflitos forem dentro das suas próprias fronteiras” (Moreira, 2006).

O diálogo com as Organizações Sub-regionais obrigará a CPLP a adoptar uma postura mais interactiva e interventiva, levando ao estabelecimento de protocolos de cooperação em diversos domínios e à partilha de informação entre organizações. Com especial interesse e visibilidade a possibilidade de ser a CPLP a estabelecer mecanismos de alerta precoce nos seus Estados membros em África, pois enquadra-se nas suas pretensões manifestadas em Bissau, de realizar um “acompanhamento regular da situação interna dos Estados-membro, visando identificar problemas e reforçar a capacidade da CPLP na prevenção de conflitos, na ajuda humanitária e no apoio à consolidação das instituições democráticas” (CPLP, 2006).

A nova abordagem de apoio ao desenvolvimento dos PALOP pode resultar numa série de iniciativas que abrirão outras portas da CPLP para o continente, quer pela via diplomática, da cooperação económica e também da vertente militar.

A dimensão da cooperação militar com as Organizações Sub-regionais, afirmando que se pretende “assegurar o reforço das capacidades intrínsecas da CPLP nas suas múltiplas vertentes, exponenciadas pelas respectivas posições geoestratégicas”, em sintonia com a “Declaração de Bissau”, é definida a forma como se poderá realizar esse apoio, procedendo-se numa base voluntária com capacidades para o emprego em Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária, “quer no quadro da CPLP, quer no quadro das Organizações Regionais e Sub-regionais em particular e da CI em geral, sempre sobre a égide da ONU”.

O futuro da CPLP no continente africano passa pela assunção integral das suas capacidades e das responsabilidades próprias que transporta em mais de uma década de existência.

3.4. Cooperação Comunidade de Países de Língua Portuguesa – União Africana. Área para colaboração e linhas de ação a implementar.

A cooperação entre a CPLP e a UA é quase inexistente. Das documentações que tivemos acesso, verificamos não existe nenhum acordo entre estas organizações.



Baseada na análise efetuada no capítulo 2, a cooperação CPLP-UA pode assim seguir duas principais linhas:

- A “bilateral” entre organizações;
- A cooperação multilateral, em que se materializa a complementaridade.

Para ser eficiente e efetiva, a implementação desses modelos deve ser faseada e ter em consideração os ritmos próprios de cada organização.

A CPLP tem de superar a focalização nas dinâmicas e reformas internas, a perceção de falta de sustentabilidade das intervenções, a relutância histórica em envolvimento de longo prazo, a oposição aos riscos e a escassez de vontade política nos empenhamentos, tendo em linha de conta a escassez dos recursos financeiros disponíveis para as parcerias. Tendo como guia os recursos disponíveis e as áreas de especialização que lhe são reconhecidas, a CPLP deve procurar uma aproximação pragmática num esforço orientado, procurando sinergias na complementaridade e na cooperação bilateral de cada um dos Estados-membro. Os apoios devem ser compagináveis com as capacidades da CPLP verso às necessidades da UA, tomando como referencial as Potenciais Intervenções de Resposta.

A edificação de capacidades da Força de Prontidão Africana, com foco no treino e aconselhamento técnico, pode ser complementada com a partilha de boas-práticas na prevenção de conflitos e na reconstrução pós-conflito.

Consideramos que a cooperação e parcerias com a UA, a CPLP, sustentado na experiência dos Estados-membro na resolução de conflitos internos e nas Potenciais Intervenções de Resposta apresentadas no “Quadro 4” deve:

- Promover a segurança na área marítima;
- Salvaguardar os valores da democracia e criar confiança;
- Fomentar o alerta de segurança;

Com prioridades:

- As consultas políticas;
- A reforma da defesa;
- A formação e treino;
- A segurança marítima, incluindo a luta contra a pirataria

Para tal, a CPLP deve adotar linhas de ação conducentes com a sua visão africana.



Tabela 6 - Linhas de Ação da CPLP para a Relação com UA

LINHAS DE AÇÃO DA CPLP PARA A RELAÇÃO COM UA	
–	Promover consenso dos Estados-membro para essa cooperação;
–	Definir uma estratégia de aproximação a UA e mecanismos de ligação as estruturas da APSA;
–	Promover uma política de com a ONU;
–	Acordar os instrumentos de financiamento da cooperação.

3.5. Síntese conclusiva

A CPLP é a organização que congrega desde 1996, os povos lusófonos que tem a língua e a cultura como base, ultrapassou já largamente este âmbito, ampliando os seus domínios de cooperação, nomeadamente criando a partir de 2002, a componente de Defesa apesar de em 1998 se ter realizado a 1ª Reunião de Ministros da Defesa, que consubstanciou o início informal da vertente de Defesa no quadro da Comunidade. Quatro anos depois, resolveu-se alterar os estatutos introduzindo a componente da Defesa na área dos objectivos da organização.

A Comunidade criou na sua dimensão de Defesa, alguns mecanismos que têm contribuído para “consolidar e fazer caminhar com passos seguros” a vertente da Defesa, nomeadamente com as Reuniões de Ministros da Defesa e de CEMGFA, o SPAD, o CAE, os exercícios da Série “Felino” e mais recentemente com a assinatura do PCDD. Este documento irá permitir estabelecer os princípios gerais de cooperação na área da Defesa entre os Estados-membros e tem como objectivo principal promover uma política comum de cooperação nas esferas da Defesa, criando uma plataforma para partilha de conhecimentos nessa matéria e assim contribuir para o reforço das capacidades internas das Forças Armadas dos países da CPLP. Aspecto que no futuro, permitirá à organização almejar outras responsabilidades e assumir outras intervenções no quadro da prevenção e resolução de conflitos em África.

Na área da cooperação CPLP-UA em prol da arquitectura de segurança africana pode-se fazer pela via bilateral e multilateral.

Bilateralmente, reforçando-se as capacidades individuais dos Estados-membro, garantindo-lhes uma melhor intervenção nos teatros onde desejem intervir e uma participação mais activa nas Organizações Sub-regionais onde estão inseridos.

Multilateralmente, estabelecendo-se parcerias estratégicas entre a CPLP, UA e a ONU.



A CPLP como organização representativa do mundo lusófono, não se deve limitar a ser mera executora de programas e de acções de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, deve ser um fórum aberto à discussão e ao debate das problemáticas que atravessam o mundo de hoje, especialmente dos problemas africanos, apostando na cooperação inter-estados para se fortalecer a si e engrandecendo os seus Estados-membro.

As linhas de ação levantadas permitem estabelecer parcerias e cooperação CPLP – UA e a complementaridade com outros atores e OI, colaborando no desenvolvimento dos meios de resolução de conflitos em África pelo que consideramos respondida a QD3 e atingido o OE3.



4. República Democrática de São Tomé e Príncipe. Desafios e oportunidades no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e na Comunidade Económica dos Estados da África Central.

4.1. Caracterização de São Tomé e Príncipe.

A República Democrática São Tomé e Príncipe (RDSTP), dada a sua condição de pequeno Estado, associado ao processo de globalização tem dificuldade em afirmar a soberania em várias áreas, designadamente na área da Defesa e Segurança, considerada uma das áreas estratégicas do Estado, onde essas dificuldades têm agravado cada vez mais, pois, o país sempre viveu e vive da boa vontade externa e hoje com o agravamento das condições económicas e financeiras dos doadores resultante da persistente crise económica e financeira, lista em que Portugal assume o lugar de líder, as dificuldades são mais sentidas.

A pequena dimensão (1001 km²) de superfície terrestre, na imensidão do mar, que define a dimensão espacial do território, exige ou presume-se que terá exigido sempre, que se estabelecesse como desígnio estratégico nacional, um olhar crítico para o maior espaço territorial que pode atribuir grandeza ao arquipélago. A este respeito, António Fernandes (2008,p.43) diz que Friedrich Ratzel, segundo critério funcionalista, formulou a teoria de espaço, sintetizando-as em 4 princípios para qual um em especial, diz o seguinte: “ O espaço é um factor primordial na grandeza dos Estados.” Assim, para São Tomé e Príncipe, o espaço que atribui alguma grandeza é naturalmente o mar, o espaço marítimo 160 mil vezes maior do que a superfície terrestre. Pois, citando Armando Correia (Capitão-de-Fragata da Marinha Portuguesa-2010), “ embora na internet se vendam terrenos na Lua e no Marte é no fundo do mar que verdadeiramente ainda hoje se pode conquistar terreno”.

É neste contexto que, São Tomé e Príncipe, com a sua localização e características de arquipélago, é no espaço marítimo que atribui grandeza ao país que esforços terão de ser consentidos para garantir a Defesa e Segurança dos recursos que possui e naturalmente a soberania do país e através desta, contribuir para a defesa e segurança Africana.

4.2. Estrutura Militar e Suporte legislativo.

Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP) foi criada em 8 de agosto de 1975 (Despacho presidencial nº 5/75) com o núcleo de 114 elementos que pertenciam a tropa colonial e institucionalizada a 6 de setembro de 1976.

Até ao fim dos anos 80, conheceu grande evolução com presença em todo o território nacional e com um efectivo de 1500 praças (soldados e cabos) e 220 oficiais e sargentos do



quadro permanente em efectividade de serviço. A este efectivo acrescentava um contingente de 150 reservistas que depois de dada a instrução básica e de especialidade regressavam à vida civil, apresentando-se trimestralmente para treino conjunto. Também sobre o comando das FARSTP existiam sete Batalhões de milícias (um por distrito) que constituíam o primeiro escalão do sistema militar de defesa de STP.

Com as mudanças políticas ocorridas em STP no princípio da década 90, as Forças Armadas foram relegadas para segundo plano. Foi cortado o financiamento para as actividades de formação e treino, manutenção dos equipamentos e outros meios necessários para o funcionamento da Instituição, desmantelado o sistema de radio localização e consigo a capacidade de controlo do espaço aéreo e marítimo e desmantelada as unidades de Transmissões, Artilharia e Exploração. O efectivo foi reduzido para 450 elementos dos quais 220 eram praças, tendo culminado com um golpe militar em 1995.

Para mudar a situação, foi elaborado e aprovada e a Lei 2/94 de 27 de maio “ Lei da Defesa e das Forças Armadas”, constituindo um suporte legal para as Forças Armadas na nova conjuntura política do país, a Democracia. Foram também aprovados os Decretos-Lei nº64 e 65/95 de 31 de dezembro ”Estatuto do Militares das Forças Armadas e Orgânica do Exército” respectivamente. A Guarda Costeira passou a pertencer ao Comando do Exército. Assim começou a reestruturação das FASTP que ainda ocorre presentemente.

Em 2012 aquelas leis foram revistas dando origem a Lei nº 8/2010 e Decretos-lei 08/2012 e 09/2012 (Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, Estatuto dos Militares das Forças Armadas e Lei Orgânica das Forças Armadas, respectivamente) que introduziram a figura de Brigadeiro General para a função de Chefe de Estado-maior das Forças Armadas e criação de dois Ramos, Exército e a Guarda Costeira. Neste momento, o efectivo total é de 900 elementos, dos quais 20 são do sexo feminino.

As Forças Armadas estão desprovidas de meios humanos, técnicos e financeiro para cumprir a sua missão. O espaço aéreo e marítimo não é vigiado há 25 anos. Não há capacidade de projecção das forças nem capacidade logística para sua sustentação.

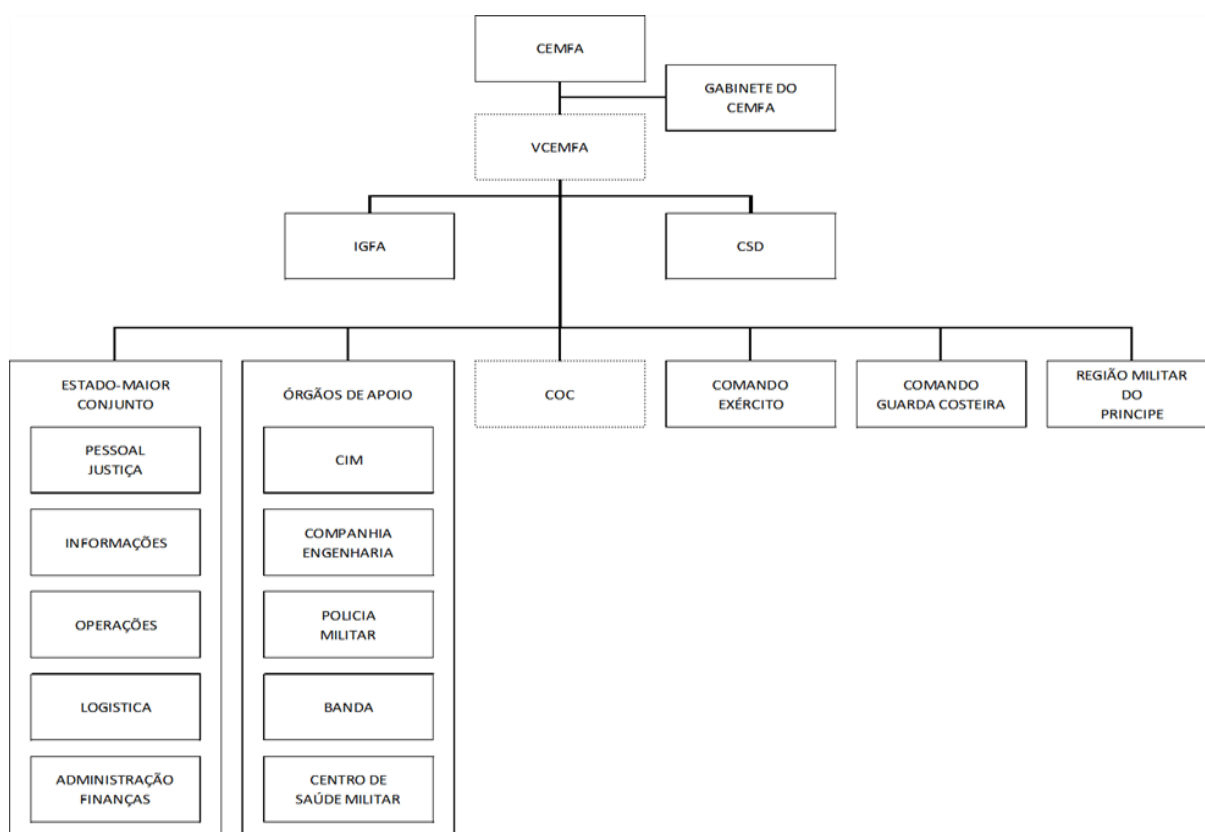


Figura 6 – Quadro Orgânico das Forças Armadas de STP

Fonte: Adaptado Decreto-Lei nº 9/2012, de 17 de maio (Lei Orgânica das FASTP)

4.3. República Democrática de São Tomé e Príncipe no contexto da Comunidade Económica dos Estados da África Central e Golfo da Guiné.

A questão de Defesa e Segurança é sensível a todos os países da região de Golfo da Guiné, sendo a participação de todos, uma incumbência para garantia da segurança na região.

A região tem a maior taxa de descoberta de novas reservas de hidrocarboneto do mundo. Por exemplo, o coeficiente de descoberta de petróleo nos Estados Unidos é normalmente de 10 por cento contrariamente a África Ocidental que o coeficiente de descoberta tem sido de 60 por cento (citado por Freedom Onuoha, junho,2012).

É nessa região, Golfo da Guiné, que São Tomé e Príncipe, com característica geográfica excepcional, ausência de clivagens étnicas, religiosas ou linguística, dispondo de uma Zona Económica Exclusiva que estende como território fronteiriço de comunicação com os demais países da região, se localiza.

O arquipélago, com a sua posição geográfica, tem do ponto de vista militar, como menciona Luís Bernardino (2013,p.542), “atributos geográficos ímpares que lhe permitem



tornar-se num “ porta-aviões” fixo em pleno Golfo da Guiné, controlando uma vasta área marítima, onde estão presentes plataformas petrolíferas norte-americanas, especialmente da *Chevron Texaco* e a *Exxon Mobil*, representando grande parte do investimento Americano nesta região”.

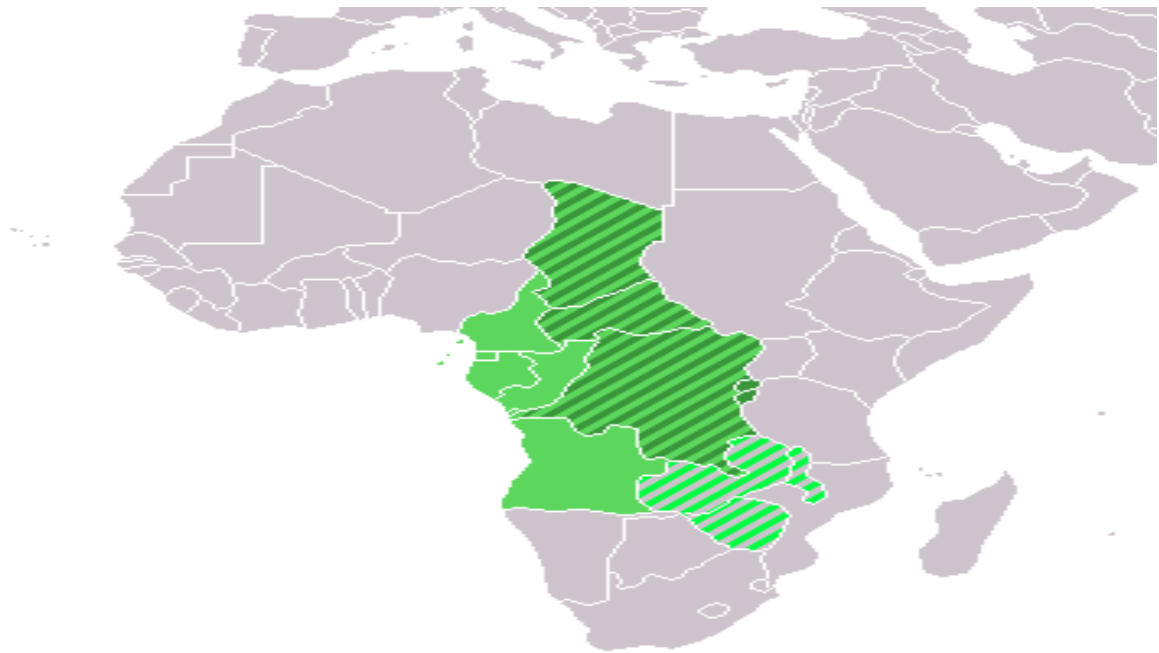


Figura 7 – Mapa dos Países pertencente à CEEAC

Fonte: Imagem da Google

Os países da região do Golfo da Guiné debatem-se com uma crescente instabilidade devido à falta de controlo sobre as águas costeiras e a própria costa. Em resultado desta situação, está a aumentar a atividade criminosa, nomeadamente, o tráfico de drogas, seres humanos, armas, diamantes, medicamentos de contrafação, resíduos ilegais, a pirataria e os assaltos à mão armada no mar, o roubo de petróleo, e pesca ilegal.

Em resposta aos ilícitos e crimes praticados nos mares da comunidade, em outubro de 2009 foi assinado o protocolo denominado de “Estratégia de Segurança dos interesses vitais dos Estados-membro da CEEAC e do Golfo da Guiné no mar. O chamado “Estratégia de Kinshasa” alicerça-se em seis pilares:

- Gestão Comunitária da informação:
 - ❖ Busca de informações, estabelecendo uma rede de informações marítimas e portuárias;



- ❖ Estabelecimento de mecanismos para o intercâmbio de informações marítimas entre a CMC e COM.
- Vigilância Comunitária:
 - ❖ Observar, detectar e monitorizar instalações costeiras por meio de aeronavais equipados com sistemas ópticos e electrónicos.
- Harmonização da ação dos Estados no mar em termos jurídicos e institucionais;
- Institucionalização de um imposto comunitário com base em mecanismos já existentes;
- Aquisição e manutenção dos equipamentos afetados à essa estratégia;
- Institucionalização de uma conferência marítima na África Central.

A área marítima da CEEAC foi dividida em duas Zonas conforme mostra a figura 8 seguinte.



Figura 8 – Mapa da divisão da área marítima de CEEAC (ZONA D e A)

Fonte: Adaptado a partir da Imagem do Google



Em 2013, no mês de junho em Yaounde-Camarões na cimeira entre a CEEAC, CEDEAO e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) sobre a segurança marítima na região foi criado o Centro Internacional de Coordenação (CIC) e estabeleceu-se uma estrutura para combate aos atos ilícitos e crimes praticados nos mares das duas regiões, conforme a figura seguinte.

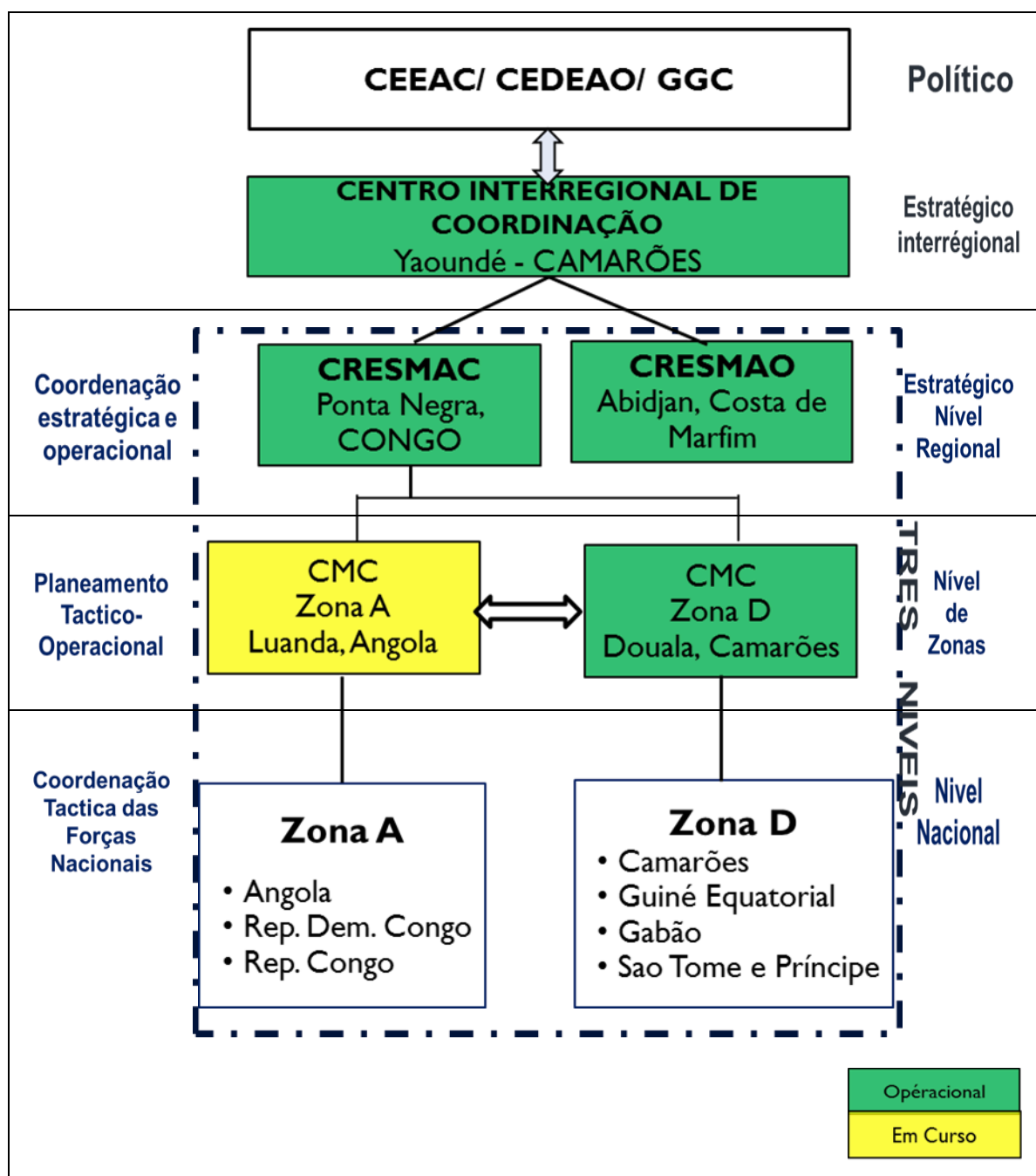


Figura 9 – Estrutura Orgânica do CIC



A CEEAC reuniu peritos militares em São Tomé no mês de setembro de 2017, com o intuito de definir a Estratégia Regional de Segurança até o ano de 2030, subordinado ao tema “Atualização do Catálogo das Capacidades da Força Multinacional da África Central (FOMAC)”, a conferência realizada em quatro dias estabeleceu a participação de São Tomé e Príncipe na unidade militar multinacional da Organização. Essa força contará com um total de 4.800 militares e civis, sendo a contribuição de São Tomé e Príncipe de 15 observadores militares, 20 polícias e 20 civis, cumprindo assim as emanações da UA e do Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX).

Por outro lado, passou-se em revista a situação da segurança marítima na comunidade e a forma como se pode efetivar a funcionalidade das Zonas A e D. A esse respeito, STP foi incentivado a ocupar as cadeiras destinadas ao país na CRESMAC.

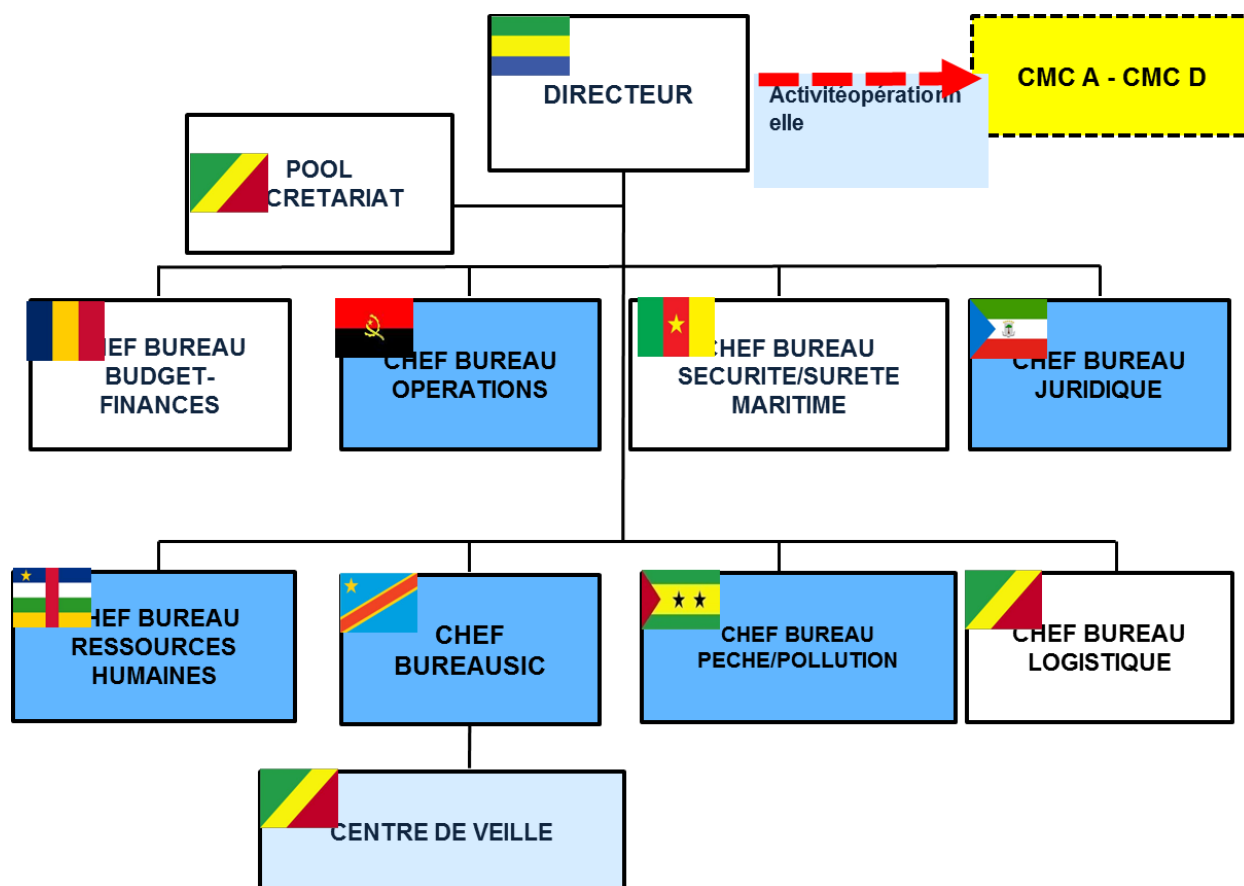


Figura 10 – Órgãos do Centro Regional de Segurança Marítima

Fonte: CRESMAC

Para que STP possa participar em plenitude nessas iniciativas, além da necessidade de rever o Conceito Estratégico Nacional, elaborado em 2008, as Forças Armadas de S. Tomé e Príncipe devem dispor de uma organização flexível e modular, adequada aos



modernos requisitos de empenho conjunto e combinado de forças (terrestre e aeronaval), privilegiando a interoperabilidade dos meios e desejavelmente, com capacidades crescentes de projeção e sustentação, comando e controlo, comunicações e informações. É nossa convicção que essa organização deverá ter em atenção os seguintes aspectos:

- Adoção de política de formação de novos quadros em todas as áreas do saber militar, de uma forma contínua e permanente, recorrendo a cooperação internacional, principalmente com Angola, Brasil e Portugal;
- Estrutura orgânica deverá assentar-se num sistema de Comando e Controlo centralizado, constituição de forças especiais (Operações especiais, Fuzileiros e Polícia Militar) no mínimo de seis companhias; capacidade de fiscalização marítima com sistema de lanchas rápidas no mínimo de três unidades; reativação da unidade de radio localização que garanta a capacidade de vigilância e controlo do espaço aéreo e marítimo.
- Na vertente ensino, criar a Escola militar aproveitando parte das instalações e terrenos anexos ao Centro de Instrução para formação dos oficiais e sargentos, constituindo assim o polo de investigação para a definição de doutrina a seguir nas Forças Armadas.

4.4. República Democrática de São Tomé e Príncipe no contexto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

A CPLP definiu áreas de cooperação em vários domínios, de entre elas, a segurança marítima, tem grande preponderância, pois todos os Estados-membro da comunidade têm contacto com o mar, o que permite criar consenso para estratégias de combate a pirataria e outros delitos. São Tomé e Príncipe pelas suas características, se devidamente aproveitada, pode retirar grandes vantagens estratégicas.

O Atlântico Médio e Sul apresentam um crescente interesse de natureza estratégica, de crucial importância para a segurança e defesa do Continente, na medida que em África, existem situações de grande fragilidade económica e social de onde emanam pulsões geradoras de instabilidade (estados falhados, criminalidade organizada, zonas insuficientemente controladas, terrorismo jihadista) analisadas em capítulos acima. S. Tomé e Príncipe tem uma posição chave para controlar as rotas de navegação essenciais, constituindo uma plataforma para a neutralização das ameaças, pois, o arquipélago ocupa o ponto focal estratégico para controlar o Golfo da Guiné.



São Tomé e Príncipe é membro CPLP que dispõe de vasta área marítima sob as respetivas jurisdições nacionais, que perfazem no seu conjunto cerca de 7,6 milhões de km² de mar, significando mais de 2,5% da superfície marítima do globo e materializando uma imensidão de rotas comerciais, recursos estratégicos e de potencialidades geoestratégicas, com áreas de cooperação em vários domínios, como por exemplo, a segurança marítima, o que permite criar consenso para estratégias de combate a pirataria e outros delitos. Porém, a pluralidade de atores nesse espaço geográfico exige que se tenham entre si relações tais que cada um tenha em conta todos os outros nos cálculos que precedem a tomada de decisões para questões de segurança.

Em 2016, no mês de Fevereiro, o primeiro-ministro Patrice Trovoada, anunciou novas ações para o reforço da capacidade operativa da guarda costeira para a fiscalização do mar territorial como uma das bases para a economia do mar no arquipélago.

Um episódio, com sucesso quanto a atuação da Guarda Costeira relativamente a segurança nas águas territoriais, mas infelizmente com consequências a serem incumbidas a autoridades do arquipélago dado ao possível excesso exercido pelo Tribunal do país na aplicação da pena aos capitães dos navios envolvidos em atos ilícitos, foi o facto de em março de 2013 as autoridades de São Tomé e Príncipe terem apreendido, após ter entrado em águas territoriais e surgido no radar, o navio denominado “*Dugzit Integrity*” de bandeira Maltesa, por ter aproximado do outro navio de nome “*Marisda Melissa*” e iniciar a transferência de 1.500 toneladas de combustível e outros equipamentos.

É neste contexto que, São Tomé e Príncipe, com a sua localização e características de arquipélago, é no espaço que atribui grandeza ao país que esforços terão de ser feitos para garantir a segurança dos recursos que possui e naturalmente a soberania do país e contribuir para a segurança no Continente Africano. Tarefa árdua será contrabalançar os esforços para garantir a segurança com o nível de rendimento de muitas famílias abaixo do custo de vida estimado de subsistência.

É importante ressaltar que a localização geográfica de São Tomé é uma destacada mais-valia à CPLP, podendo se constituir em importante base de apoio logístico intermediário a países como Portugal e Brasil para tropas em missões de paz na África Subsaariana.



4.5. Síntese conclusiva

A RDSTP, com os seus fracos recursos materiais e financeiros, mas potenciando o valor da sua localização estratégica, encontra-se em óptimas condições de contribuir para a segurança marítima do Golfo da Guiné, necessitando para tal de proceder transformações substâncias na forma como está estruturada a sua Forças Armadas e reforçar os laços políticos e de Defesa com os países lusófonos, assumindo uma posição de destaque no relacionamento da CPLP com a UA através da Organização Sub-regional CEEAC.

A CPLP dispõe de vasta área marítima sob as respetivas jurisdições nacionais, que perfazem no seu conjunto cerca de 7,6 milhões de km² de mar, significando mais de 2,5% da superfície marítima do globo e materializando uma imensidão de rotas comerciais, recursos estratégicos e de potencialidades geoestratégicas, com áreas de cooperação em vários domínios, como por exemplo, a segurança marítima, o que permite criar consenso para estratégias de combate a pirataria e outros delitos. Porém, a pluralidade de atores nesse espaço geográfico exige que se tenham entre si relações tais que cada um tenha em conta todos os outros nos cálculos que precedem a tomada de decisões para questões de segurança.

Neste contexto, importa ressaltar que a localização geográfica de São Tomé é uma destacada mais-valia à CPLP, podendo se constituir em importante base de apoio logístico intermediário a países como Portugal e Brasil para tropas em possíveis missões de paz na África Subsaariana.

Consideramos assim respondida a QD4 e atingido o OE4.



Conclusões

Sumário com as grandes linhas do procedimento metodológico seguido

A nova tipologia de conflitos em África tem implicações para a segurança e desenvolvimento do continente. O terrorismo tem emergido como um desafio global. Para combater este tipo de extremismo, exige-se Compromissos Nacionais, Cooperação Regional e Envolvimento Global.

Nesse paradigma, um dos atores é a CPLP, que pretende adquirir projeção internacional, visando projetar segurança e reforçar as capacidades dos seus Estados-membro africanos, nomeadamente cooperando com a União Africana através das Organizações Sub-Regionais Africanas na consecução de estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentado e segurança participada, permitindo afirmar-se como parceiro credível e privilegiado na ligação entre países, organizações e continentes, com poder para influenciar, cooperar e se necessário, intervir na prevenção e resolução de conflitos em África.

Face aos desafios de segurança que se colocam no contexto atual em África, urge ajustar posicionamentos, assumindo que o acompanhamento da região é essencial na promoção da Paz e Segurança e na resolução dos conflitos no continente.

Este trabalho seguiu a orientação metodológica dos trabalhos de investigação no IUM, de acordo com o estabelecido nas normas ACA 010 (IESM, 2015a) e 018 (IESM, 2015b), as Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (Santos, et al., 2016) e as Regras e Normas de autor no CIDIU (Santos e Fachada, 2017).

O estudo foi conduzido de acordo com uma estratégia de investigação qualitativa, tem um desenho de pesquisa de tipo estudo de caso e seguiu um raciocínio do tipo dedutivo. O percurso da investigação foi estruturado em três fases: a exploratória, a analítica e a conclusiva.

Tendo em consideração a especificidade do tema em apreço, os dados necessários para a análise foram coligidos através da pesquisa documental e de entrevistas efetuadas a personalidades de referência na matéria. É de salientar que muitas das personalidades a quem foi solicitado e enviado as entrevistas, não a responderam.

Efetuuou-se, posteriormente, a análise de conteúdo, que permitiu dar resposta às Questões da investigação elaboradas no início.

Na perspetiva de uma aproximação para suporte às intervenções no quadro da Arquitetura de Paz e Segurança Africana, efetuou-se o levantamento prospetivo de opções



e prioridades, a identificação de possibilidades de cooperação e espaços de complementaridade e caminhos de aprofundamento do relacionamento entre a CPLP e a União Africana.

Face à diversidade do continente africano, centrámos a análise na UA e nas ações da APSA, nas possíveis capacidades da CPLP, verificando as tendências de evolução da conflitualidade no horizonte de 2030 no continente, e delas retirando potenciais intervenções de respostas.

Num contexto de acentuado multilateralismo, a UA tem sido reconhecida como interlocutor privilegiado para a Paz e Segurança e como articulador de interesses, constituindo a APSA um sistema comumente aceite pelos EM, adaptado às possibilidades e realidades africanas.

Longe de ter as capacidades que lhe permite dar uma resposta cabal e autónoma, a centralidade da UA, neste processo, além de permitir conciliar a autonomia das CER e MR e dos Estados-Membro, tem compatibilizado os esforços para a afirmação africana, possibilitando uma posição conjugada nas parcerias, demonstrando que as ações que promove no âmbito da APSA e as cooperações que estabelece com diferentes atores, têm contribuído decisivamente para a promoção da Paz e Segurança e para a resolução dos conflitos.

Avaliação dos Resultados Obtidos

Esta investigação teve como propósito no quadro das relações CPLP-UA, identificar possibilidades de cooperação que contribuam para a resolução de conflitos no Continente Africano e permitam prospectivar uma aproximação entre as duas Organizações. Este desiderato foi vertido numa Questão central e em quatro Questões derivadas, tendo originado 4 capítulos.

No primeiro capítulo, analisamos a situação da Defesa e Segurança em África, tendo debruçado nos aspetos de segurança e conflitualidade, as tendências de conflitualidade no horizonte 2030 e seu impacto nas potenciais intervenções de resposta.

Os conflitos no continente africano, independentemente das causas que lhe dão origem, têm essencialmente uma matriz intra-estatal, embora com maior incidência nas zonas fronteiriças e quase sempre associados a Estados frágeis. Para sua resolução, exige ações multidisciplinares e coordenadas dos diferentes atores, e para tal, deve-se recorrer a uma abordagem holística que salvaguarde a soberania dos Estados e a afirmação Regional das diferentes entidades Africanas.



Numa primeira abordagem, as Tendências Gerais de evolução no horizonte de 2030 para o continente africano traduzem uma esperança de melhoria, ainda que moderada, nas várias dimensões da segurança.

Decorrente da análise efetuada, são consideradas como principais Tendências de Conflitualidade em África os Estados frágeis, o terrorismo, os conflitos intra-estatais e o seu alastramento regional, as redes de crime organizado transnacional, de tráfico e a proliferação de armas de pequeno calibre, os atos de pirataria, as revoltas sociais de insatisfação e o incremento da conflitualidade urbana, e os desastres naturais.

Face ao referido, as Tendências de Conflitualidade, no horizonte de 2030, exigem respostas e intervenções para a resolução dos conflitos, que se efetivem dentro do quadro da Arquitetura de Paz e Segurança Africana e no âmbito da atuação da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais e Mecanismos Regionais, exigindo o apoio de parceiros.

Este trajeto permitiu responder à QD1 e atingir o OE1.

No segundo capítulo, tratamos da União Africana e a resolução de conflitos em África tendo analisado a UA como interlocutor para a paz e segurança em África, estudado a Arquitetura de Paz e Segurança e as instituições que a compõem. Analisou-se também as capacidades e limitações da UA para potenciais intervenções de resposta e as oportunidades que se abrem para a CPLP neste contexto.

A centralidade da temática securitária na agenda política africana permitiu uma nova abordagem na prevenção, gestão e resolução dos conflitos. A Arquitetura de Paz e Segurança juntamente com o Conselho de Paz e Segurança sobre o qual está alicerçada representa uma inovação nesta matéria.

A dependência financeira e técnica aos países ocidentais, a incoerência e a ambiguidade política dos Estados-membro, a disputa pela liderança entre as grandes potências africanas coadjuvados com a competição por recursos naturais africanos onde entram vários atores externos, o terrorismo, o tráfico humano e de estupefacientes, a erosão do Estado e a sua perda de legitimidade, são alguns exemplos da longa lista de sintomas que tem debilitado e enfraquecido o desenvolvimento do espaço africano.

Numa primeira análise, a APSA está dimensionada para a intervenção na conflitualidade inter-estatal e para intervenções no âmbito das Operações de Apoio a Paz (OAP), porém, novos desafios se colocam à capacidade de intervenção, na medida que a conflitualidade actual é de carácter intra-estatal.



É reconhecido à UA como interlocutor, conciliador de vontades, coordenador de ações, mas acima de tudo como fomentador de parcerias internas e externas, aprofundando à sua afirmação no âmbito da APSA. Dando uma nova roupagem ao pan-africanismo, a UA tem fortalecido a união entre regiões e Estados-membro, respeitando as diferentes realidades, estratificando responsabilidades na promoção da Paz e Segurança, com modelos adaptados à matriz regionalista de África.

Como modelo de preservação da Paz e Segurança, a APSA constitui um sistema comumente aceite, adaptado à realidade africana, que fomenta a coordenação e a confiança dos africanos na conjugação de esforços para um fim comum.

Mais que avaliar o sucesso das intervenções, importa salientar a dinâmica produzida, a evolução verificada, mas acima de tudo a confiança, a união e o reconhecimento que a UA merece interna e externamente, estimulando a confiança na afirmação da promoção da Paz e Segurança em África.

A estrutura da APSA permite responder com ações políticas de apoio, limitadas intervenções militares, diálogo e compromissos, alerta prévio, uma precária coordenação de ações e com a promoção de programas de parceria.

Constituem oportunidades de cooperação para a CPLP, seja num quadro de parceria bilateral ou num contexto de complementaridade, as limitações da UA na formação, certificação de forças, a promoção de mecanismos de controlo de território, a edificação de capacidades, a vigilância marítima, a luta contra a pirataria.

A análise efectuada permitiu responder à QD2 e atingir o OE2.

No terceiro capítulo analisou-se a Relação CPLP-UA, começando por fazer a resenha histórica da CPLP, da sua componente de defesa bem como a estratégia da CPLP para África e identificou-se as possíveis áreas para cooperação e colaboração com a UA.

A CPLP é a organização que congrega desde 1996, os povos lusófonos que tem a língua e a cultura como base, ultrapassou já largamente este âmbito, ampliando os seus domínios de cooperação, nomeadamente criando a partir de 2002, a componente de Defesa.

A Comunidade criou na sua dimensão de Defesa, alguns mecanismos que têm contribuído para “consolidar e fazer caminhar com passos seguros” a vertente da Defesa, nomeadamente com as Reuniões de Ministros da Defesa e de Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas, o Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa, o Centro de Análise Estratégica, os exercícios “Felino”. Foi estabelecido os princípios gerais



de cooperação na área da Defesa entre os Estados-membro com o objectivo principal de promover uma política comum de cooperação nas esferas da Defesa, criando uma plataforma para partilha de conhecimentos nessa matéria e assim contribuir para o reforço das capacidades internas das Forças Armadas dos países da CPLP. Estes aspectos permitirão à organização almejar outras responsabilidades e assumir outras intervenções no quadro da prevenção e resolução de conflitos em África.

Na área da cooperação CPLP-UA em prol da arquitectura de segurança africana pode-se fazer pela via bilateral e multilateral.

Bilateralmente, reforçando-se as capacidades individuais dos EM, garantindo-lhes uma melhor intervenção nos teatros onde desejem intervir e uma participação mais activa nas Organizações Sub-regionais onde estão inseridos.

Multilateralmente, estabelecendo-se parcerias estratégicas entre a CPLP, UA e a ONU, devendo dimensionar a cooperação de acordo com os recursos disponíveis e os objetivos a preservar, nomeadamente a segurança da área do Atlântico, que vai de Cabo-Verde até o Sul de Angola.

Se a UA e a APSA têm necessidades e lacunas que devem ser assumidas, a CPLP tem bloqueios que importa ultrapassar, deve dimensionar a cooperação de acordo com os recursos disponíveis e os objetivos a preservar, nomeadamente a segurança da área do Atlântico, que vai de Cabo-Verde até o Sul de Angola.

A cooperação bilateral é possível, existindo áreas onde a experiência e o conhecimento prático da CPLP podem trazer mais-valias para a UA e outras em que a complementaridade com as Organizações Internacionais assegura maior rentabilidade. As áreas de cooperação, de complementaridade e respetivas prioridades, foram orientadas para as necessidades da APSA, dando origem a linhas de ação para a CPLP que, se concretizadas, permitirão fortalecer o relacionamento, promover e desenvolver as capacidades africanas e promover a Paz e Segurança em África, com ação concertada de todos os intervenientes, salvaguardando o princípio da apropriação africana na resolução dos conflitos.

As linhas de ação levantadas permitem estabelecer parcerias e cooperação CPLP – UA e a complementaridade com outros atores e Organizações Internacionais, colaborando no desenvolvimento dos meios de resolução de conflitos em África. Respondemos assim à QD3 e atingimos o OE3.



No quarto e último capítulo debruçou-se sobre a RDSTP, caracterizando o arquipélago na sua dimensão espacial e localização passando pela estrutura militar e o respectivo suporte legislativo, enquadrando o país como membro da CPLP, CEEAC e a UA pode contribuir para a segurança em África, valorizando a CPLP.

A RDSTP, com os seus fracos recursos materiais e financeiros, mas potenciando o valor da sua localização estratégica, encontra-se em óptimas condições de contribuir para a segurança marítima do Golfo da Guiné, necessitando para tal de proceder transformações substâncias na forma como está estruturada a sua Forças Armadas e reforçar os laços políticos e de Defesa com os países lusófonos, assumindo uma posição de destaque no relacionamento da CPLP com a UA através da Organização Sub-regional CEEAC.

Neste contexto, importa ressaltar que a localização geográfica de São Tomé é uma mais-valia à CPLP, podendo se constituir em importante base de apoio logístico intermediário a países como Portugal e Brasil para tropas em possíveis missões de paz na África Subsaariana. Assim, permitiu responder à QD4 e atingir o OE4.

Por fim, consideramos que o percurso efetuado permitiu responder à QC e atingir o OG desta investigação.

Contributo para conhecimento

Neste particular, cumpre destacar dois contributos. Primeiro, este trabalho de investigação permitiu, aprofundar os conhecimentos sobre a conflitualidade e tendência de sua evolução no continente africano e os factores que a influenciam.

Segundo, permitiu mostrar a forma como um EM (S. Tomé e Príncipe) pode contribuir para a cooperação no âmbito da defesa na CPLP e consequentemente contribuir para a responsabilidades e compatibilidades na cooperação entre a CPLP e a UA.

Recomendações e considerações de ordem prática

O estudo da cooperação CPLP-UA, na perspetiva de uma aproximação para suporte às intervenções no quadro da APSA pretendeu efetuar o levantamento prospetivo de opções e prioridades, a identificação de possibilidades de cooperação, espaços de complementaridade e caminhos de aprofundamento do relacionamento, concretizando contributos e linhas de acção. As linhas de ação levantadas permitem estabelecer parcerias e cooperação CPLP – UA e a complementaridade com outros atores e Organizações Internacionais, colaborando no desenvolvimento dos meios de resolução de conflitos em África que a CPLP deve explorar para sua afirmação no continente.



No âmbito da Arquitetura de Paz e Segurança Africana para a cooperação com a UA, a CPLP deverá antes de tudo promover consensos entre os Estados-membro quanto à visão e ao nível de ambição para África, elaborar uma estratégia que promova a aproximação à UA, tendo por base as suas áreas de especialização, criando um projeto de cooperação a longo prazo, fomentando a aproximação através de mecanismos de ligação. Baseado num programa de cooperação, deve equacionar a criação da Comissão CPLP-UA para a cooperação e definir os modelos de financiamento, de forma a implementar as oportunidades de cooperação apresentada.

A RDSTP, apesar dos seus fracos recursos materiais e financeiros, tem na sua localização grande valor estratégico, que bem explorada constitui ótimas condições de contribuir para a segurança marítima do Golfo da Guiné. Mas para tal, deve proceder transformações substanciais na forma como está estruturada a sua Forças Armadas e reforçar os laços políticos e de Defesa com os países lusófonos, assumindo uma posição de destaque no relacionamento da CPLP com a UA através da Organização Sub-regional CEEAC. Essas transformações devem ter em atenção os seguintes aspectos:

- Adoção de política de formação de novos quadros em todas as áreas do saber militar, de uma forma contínua e permanente, recorrendo a cooperação internacional, principalmente com Angola, Brasil e Portugal;
- Estrutura orgânica deverá assentar-se num sistema de Comando e Controlo centralizado, constituição de forças especiais (Operações Especiais, Fuzileiros e Polícia Militar) no mínimo de seis companhias; capacidade de fiscalização marítima com sistema de lanchas rápidas no mínimo de três unidades; reativação da unidade de radio localização que garanta a capacidade de vigilância e controlo do espaço aéreo e marítimo.
- Na vertente ensino, criar a Escola militar aproveitando parte das instalações e terrenos anexos ao Centro de Instrução para formação dos oficiais e sargentos, constituindo assim o polo de investigação para definição de doutrina a seguir nas Forças Armadas.

Limitação da investigação e abertura para pesquisas futuras.

Esta investigação deparou-se, transversalmente, com a limitação associada à falta de tempo, pelo que não foi possível aprofundar mais a pesquisa, tal como a investigação exige. Consequentemente, este trabalho abre possibilidades de aprofundamento e múltiplas



análises noutros prismas de raciocínio, na medida que as duas organizações, CPLP e a UA são dinâmicas e como tal, em constante mutação.

Não tendo esgotado o objeto de estudo com esta pesquisa, uma vez que o estudo serve para uma reflexão sobre a participação da CPLP nas acções que contribuem para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana, esperamos, se possível for, alargar futuramente, o nosso objeto de estudo aos temas que, ao nosso ver, carecem de um estudo mais aprofundados:

- A importância de São Tomé e Príncipe (STP) como Membro da CPLP no sistema de segurança marítima do Golfo da Guiné;
- A Pirataria marítima e atos ilícitos no Golfo da Guiné. Seu impacto na economia e no desenvolvimento de STP;
- O papel da Guarda Costeira de STP no âmbito da CRESMAC e MARAC.
- Relação entre a CPLP e a CEEAC no âmbito da segurança marítima.
- O mar enquanto fator estratégico de segurança, defesa e de afirmação para São Tomé e Príncipe.



Bibliografia

- Bernardino, Luís Manuel Brás (2007, CEM). A Prevenção e Resolução de Conflitos em África. O papel da CPLP no âmbito das Organizações Regionais Africanas.
- Bernardino, Luís Manuel Brás, (2008). Estratégias de Intervenção em África. Lisboa: Prefácio.
- Bernardino, Luís Manuel Brás, (2012). A Cooperação para a Segurança no contexto das Relações Internacionais. Do Realismo ao Construtivismo. Sociedade de Geografia de Lisboa Comissão de Relações Internacionais.
- Bernardino, Luís e Santos Leal, José (2011). A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011). IDN Cadernos, nº6.
- Bertram, D, (2012). Likert Scales - CPSC 681 – Topic Report. Disponível em: <http://www.al-huda.net/2012/PA/2014/topic-dane-likert.pdf> (Consultado em 21 de março de 2018].
- Bispo, General António Jesus (1999) – A segurança e a Defesa, Revista Estratégia, Volume XI, Instituto Português Conjuntura Estratégica.
- Bunzan, B, (1991). New patterns of global security in the twenty-first century. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2621945>[Consult. 15 de março de 2018].
- Bunzan, Burry (1991), People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in The Post-Cold War Era, Harvester Wheatshead, London
- Burrell, G.; Morgan, G (1979). Sociological paradigms and organizational analysis. London: Heinemann.
- Bryman, Alan (2012), Social Research Methods (4th edition), Oxford, UK.
- Cardoso, F et al., (2005). A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.
- Dempsey, Thomas (2006). Counterterrorism in African Failed States: Challenges and Potential Solutions. New York: Strategic Studies Institute, US Army war college.
- Engel, U et al, (2010). Africa's New Peace and Security Architecture. Surrey: Ashgate.
- Fisas, Vicenç (2004) – Cultura de Paz y Gestión de Conflictos. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4ª Edição, ISBN 84-7426-357-3.



- Estatutos da CPLP (com as revisões de S. Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007) de 2 de Novembro de 2007. Disponíveis em <http://www.cplp.org/>
- F. Azevedo e L. Bernardino / *Proelium* X (10) (2016) 21 – 42. Uma Nova Visão Geoestratégica Na Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A Identidade Da CPLP No Domínio Da Defesa.
- Garcia, Francisco Proença (2010). *Da Guerra e da Estratégia. A Nova Polemologia*. 1ª Edição. Lisboa: Prefácio
- Lourenço, AP, (2012). Uma visão da Segurança Marítima cooperativa no Golfo da Guiné. In: *A Prevenção e Resolução de Conflitos em África*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, pp. 107-132.
- Moreira, Adriano (2002) – *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina, 4ª Edição, ISBN 972-40-1771-0.
- Oxfam International, (2012). *African Union Compendium*. [Em Linha] Disponível em: http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/oxfam-african-union_compendium-3aug2012.pdf [Consultado em 25 de março de 2018].
- Pereira, AM, (2011). A parceria para a Paz e Segurança na estratégia conjunta África-UE: realidades e desafios. In: *Nação e Defesa* nº 129. Lisboa: IDN, pp. 91-106.
- Pereira, AM, (2013). *Reforma do Setor de Segurança nos Estados em Situação de Fragilidade: Modelos das Organizações Internacionais Lógicas de Concorrência e Complementaridade*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais e Estudos Europeus. Universidade de Évora.
- PCDD (2006) – *Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa*, Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa da CPLP, Lisboa, 2006. Disponíveis em <http://www.cplp.org/>
- Quivy, Raimond, CAMPENHOUDT, Luc Van (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5.ª Edição. Lisboa: Gradiva
- Ramalho, JLP, (2006). *Cooperação Portuguesa em África. Vetores da dinamização da Política de Segurança e Defesa Nacional*. In: IESM, 2006. Cerimónia de abertura do Seminário com o tema referido. Lisboa



Ramalho, JLP, (2013). A importância das Organizações na Segurança e estabilidade mundiais. In: Instituto de Estudos Superiores de Defesa-Maputo.

Wallensteen, Peter (2004) – Understanding Conflict Resolution, War, Peace and the Global System, New Delhi, SAGE Publication Ltd, ISBN – 0-7619-6667-6.



Anexo A — Corpo de Conceitos e Definições.

A escolha dos conceitos e das definições aqui apresentadas e que servem de base à investigação são responsabilidade exclusiva do Autor e tiveram em consideração a melhor adaptabilidade aos objetivos do presente estudo, a fim de permitir melhor percepção das análises apresentadas.

Ameaça – “Qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objetivo e que normalmente é causador de danos, materiais ou morais” (Couto, 1988, p. 329 cit. por Bernardino, 2008, p. 247).

Bilateralismo – “Nas relações internacionais é geralmente utilizado para indiciar políticas conjuntas adotadas por dois atores (Estados ou OI), em particular, relativamente a relações comerciais, de defesa e diplomáticas” (Sousa, 2005, p. 27 cit. por Bernardino, 2008, p. 247).

Complementaridade – “A excessiva fragmentação da ajuda, a nível global, nacional ou sectorial diminui a eficácia da mesma. Uma abordagem pragmática da divisão do trabalho e da partilha de tarefas permite reforçar a complementaridade e pode reduzir os custos. Os países parceiros devem fornecer opiniões claras sobre as vantagens comparativas dos doadores e sobre os meios de tornar complementares as ações dos mesmos a nível nacional ou sectorial. Os doadores comprometem-se a utilizar plenamente as suas respetivas vantagens comparativas, a nível sectorial ou nacional, delegando autoridade, quando isso for adequado, em doadores principais, para a execução de programas, atividades e tarefas. Trabalhar em conjunto para harmonizar procedimentos separados ” (IPAD, 2005, pp. 8-9).

Conflito – “A expressão de uma incompatibilidade de posições ou de interesses entre atores, ao nível intra e supra-estatal, não sendo no entanto sinónimo de conflito armado” (Bernardino, 2008, p. 247).

Conflitualidade Inter-estatal – “A que se regista entre nações ou alianças de Nações” (Wallenstein, 2004, p. 74 cit. por Bernardino, 2008, p. 247).

Conflitualidade Intra-estatal – “Conflitos eminentemente internos, disputados dentro do território do próprio Estado” (Wallenstein, 2004, p. 74 cit. por Bernardino, 2008, p. 247).

Estado Frágil – “Um Estado é frágil quando as estruturas estatais apresentam um défice de vontade política e/ou de capacidade de assegurar aos seus cidadãos as funções básicas necessárias à redução da pobreza, ao desenvolvimento e à salvaguarda da



segurança e dos direitos humanos das suas populações” (OCDE, 2008, p. 2 cit. por Pereira, 2013, p. 7).

Entende-se por “**Estados Frágeis**”, os Estados que são afetados por crises e conflitos endémicos, ou então por catástrofes naturais, falta de credibilidade, de legitimidade ou de eficácia na sua gestão dos assuntos públicos (Agostinho, 2005).

Estado Falhado – “A sua definição incorpora as seguintes características: Fragilidade e/ou colapso das instituições estatais e consequente incapacidade de assegurar os bens e serviços básicos aos cidadãos; Instabilidade política e económica por vezes associada a forte contestação social; Perda do monopólio legítimo do uso da força e legitimidade do Poder, cujas decisões políticas não têm grande aceitação por parte da população; Incapacidade de controlo efetivo sobre o território nacional; Inexistência de um clima de Segurança, obediência e de ordem interna, derivado do aumento da violência e da criminalidade, e possibilidade de exploração deste ambiente pelas organizações criminosas e/ou terroristas” (Gonçalves, 2011, p. 36).

Multilateralismo – “Sistema de coordenação de relações entre três ou mais Estados, OI ou Estados e OI de acordo com determinados princípios de conduta e com objetivos definidos” (Sousa, 2005, p. 131 cit. por Bernardino, 2008, p. 249).

NEPAD – Nasceu da união do Millennium Partnership for the African Recovery Program (MAP) – criado pelos presidentes nigeriano, sul-africano e argelino - com o Omega Plan (uma iniciativa do presidente do Senegal, Abdoulaye Wade). Ambos os projetos procuravam colocar os países africanos em uma posição de vantagem dentro do cenário económico mundial. O objetivo não é questionar o Sistema Internacional, mas sim criar uma rede de proteção que permita o levantamento de financiamento sob condições justas.

Pan-africanismo – Ideologia que propõe a união de todos os povos de África como forma de potenciar a voz do continente no contexto internacional. Relativamente popular entre as elites africanas ao longo das lutas pela independência da segunda metade do século XX, em parte responsável pelo surgimento da Organização de Unidade Africana, o pan-africanismo tem sido mais defendido fora de África, entre os descendentes dos escravos africanos que foram levados para as Américas até ao século XIX e dos emigrantes mais recentes. Eles propunham a unidade política de toda a África e o reagrupamento das diferentes etnias, divididas pelas imposições dos colonizadores. Valorizavam a realização de cultos aos ancestrais e defendiam a ampliação do uso das línguas e dialetos africanos,



proibidos ou limitados pelos europeus. Pan-africanismo é um movimento político, filosófico e social que promove a defesa dos direitos do povo africano e da unidade do continente africano no âmbito de um único Estado soberano, para todos os africanos, tanto na África como em diáspora (Wikipédia, a enciclopédia livre).

Resolução de conflitos – “Adoção de medidas tendentes a resolver o cerne da incompatibilidade que esteve na origem do conflito, incluindo as tentativas de levar as partes a aceitarem-se mutuamente. Compreendendo o conjunto de esforços orientados no sentido de aumentar a cooperação entre as partes em conflito e aprofundar o seu relacionamento, focalizando nos aspetos que conduziram ao conflito, promovendo iniciativas construtivas de reconciliação, no sentido do fortalecimento das Instituições e dos processos das partes” (Wallenstein, 2004, p. 8 cit. por Bernardino, 2008, p. 250).



Anexo B — Entrevistas e Respetivas Respostas

Ao Exmo Senhor General Reformado José Manuel Freire, no dia 26 fevereiro de 2018

1. Tendo em consideração que a Segurança é condição para o desenvolvimento, como visualiza as iniciativas da UA no âmbito da Arquitectura de Paz e Segurança Africana?

R: São excelentes iniciativas mas, até agora, muito mais verbais do que substantivas. Como todos sabemos, é preciso que exista um forte interesse de um grupo de Estados numa determinada opção para que as coisas aconteçam. Além das divergências de interesses muito frequentes, é necessário haver cobertura financeira para as iniciativas. Tal acontece (por exemplo na NATO, quando os EUA intentam uma ação, normalmente suportam o grosso dos custos e outros Aliados contribuem por vezes apenas simbolicamente) quando existe uma vontade forte associada ao poder militar e financeiro.

Julgo que a África ainda está longe desse estágio. Será preciso uma ajuda de fora.

2. Tendo como adquirido que é um profundo conhecedor de África e da CPLP, qual o valor que, na sua opinião, é dado à opção africana dentro da CPLP e como visualiza a cooperação com a UA?

R: Começo por referir que a África e a CPLP não constituem a minha área central de trabalho, pelo que serei obrigado a manter-me no nível das generalidades.

Assim sendo, para que a ajuda de fora, acima mencionada, não se revista de um carácter neocolonial, a CPLP parece-me talvez a mais bem posicionada das organizações que podem desempenhar um papel em África.

É no entanto, essencial que atue debaixo de um mandato mais amplo, desejavelmente da UA, por delegação da ONU. A CPLP tem que ser vista como um ator benévolo mesmo que autorizada a empregar a força.

3. Existe alguma possibilidade de harmonizar os interesses nacionais dos Estados Membros da CPLP com os interesses da CPLP em África?

R: É sempre difícil e delicado. Os Estados são, antes de mais, soberanias construídas, a mais das vezes, contra outras soberanias. No entanto, não existem verdadeiramente choques de interesses entre os vários membros africanos da CPLP e os membros não africanos não têm interesses neocoloniais em África.



Ligados por um passado e uma língua comuns podem e devem lutar por interesses comuns. É uma questão de vontade política.

Mas a África é um continente multifacetado e diverso, o que se traduz em enormes assimetrias entre Estados e mesmo no interior dos Estados. De facto, grande parte dos Estados ainda se encontram na fase de construção da identidade nacional e as uniões serão por muito tempo, voluntaristas quer a nível interno quer a nível externo. Por outro lado, o tamanho físico, a diversidade e as enormes distâncias dificultam a unidade: Englobar o Magrebe, o Shael e a África subsaariana, na mesma organização significa compatibilizar interesses dificilmente conciliáveis (atente-se nas dificuldades da UE – apesar de tudo muito mais homogénea - quando se tenta alargar). Por isso a UA reteve 5 regiões de intervenção para as Brigadas de Intervenção para que as soluções para os problemas africanos sejam africanas. Mas isso não impede “cooperações reforçadas” entre atores e mesmo a intervenção de Estados que, não sendo africanos, são membros duma comunidade mais larga. Mas se for necessário que estes últimos se mantenham de fora fisicamente, isso não deve ser obstáculo á sua ação política.

Assim, é claro que, em casos pontuais, a convergência dos países da CPLP com o interesse geral da CPLP é certamente possível. É necessário que a CPLP não se imiscua nos assuntos internos de um dos membros e, se o tiver da fazer, tal deve ser a coberto de um mandato (maioritário, unânime?) dos vários Estados componentes. Isto é válido para uma série de ações que não implicam, necessariamente, o uso da Força.

4. Como entende a aproximação da CPLP a África, a que nível deve ser focalizada e como pode a Organização (CPLP) defender os seus interesses neste continente, tendo em consideração as especificidades africanas?

R: Obviamente que tal aproximação deve ser focada na OUA. Para efeitos dos interesses da CPLP parece-me que os Estados deveriam delegar alguns dos seus poderes na Comunidade, de forma a que esta os pudesse representar de uma forma mais global e mais eficaz.

Estarão os Estados prontos para tal passo?



5. Que tendência de evolução visualiza para África em termos de segurança e conflitualidade? Face à sua visão, que áreas considera ser passíveis de potenciar na cooperação CPLP – UA?

R: É normal que conflitualidade entre Estados vá diminuindo. Mas para que essa tendência se materialize, será preciso que a África consiga evitar a importação de conflitos exógenos para o seu seio. É uma prioridade máxima.

Por outro lado, a cooperação militar tem um enorme potencial político, dadas as conhecidas similitudes entre os “oficiais do mesmo ofício”, independentemente dos seus países de origem. O interesse deve ser demonstrado pelo sucesso. Se a CPLP for um sucesso, a sua intervenção e mediação não deixarão de ser solicitadas.

6. Tendo em conta as características da CPLP, como visualiza a sua capacidade (CPLP) de poder intervir na resolução de conflitos em África bem como de Ajuda Humanitária? Em que campos visualiza o emprego dessas capacidades?

R: Se as forças dos países da CPLP forem interoperáveis, podem certamente desempenhar missões do tipo das mencionadas. Particularmente relevantes são as da manutenção da Segurança no mar, onde as capacidades de dois estados não africanos podem fazer a diferença, já que a sua ação não obriga a nenhum controlo terrestre.

Por outro lado, convém não esquecer que os conflitos no mar geram-se em terra. Aí, talvez o mais realista seja a participação fundamentalmente com órgãos de comando e controlo, em complemento de forças locais. A AH exige os mesmos cuidados. Se for eficaz e imparcial, acabará por ser bem vinda e aumentar o prestígio da CPLP

7. Esboce os comentários que considerar pertinentes no quadro de uma definição de vectores estratégicos de aproximação da CPLP e da UA para a promoção da Paz e Segurança e para a resolução de conflitos, tendo por base a utilização do vector militar?

R: Não há muito mais a dizer. Aumentar a CTM, aumentar o treino conjunto e criar e potenciar laços pessoais são o cimento que pode aglutinar uma vontade comum. Missões de observação, mediação, ou de intervenção armada são sempre possíveis , embora me pareça que há ainda um longo caminho a percorrer. Soluções africanas para os problemas africanos com certeza. Mas porque não apoiadas numa Organização mais larga que não trará poderes exógenos para África novamente? Trata-se de prova-lo.



Ao Exmo. Senhor Tenente Coronel Luís Bernardino, no dia 6 de fevereiro 2018

1. Tendo em consideração que a Segurança é condição para o Desenvolvimento, como visualiza as iniciativas da UA no âmbito da Arquitectura de Paz e Segurança Africana?

R: A segurança depende do desenvolvimento e o desenvolvimento da segurança e no contexto Africano esta interdependência é mais intensa e muito mais visível. Estamos a falar de segurança sustentada e de desenvolvimento sustentado...e é aí que entra a UA e a APSA...pois que apenas neste contexto regional e continental se pode garantir uma segurança e um desenvolvimento sustentável.

As iniciativas no contexto da APSA quer ao nível continental, quer principalmente no âmbito regional, são os principais dinamizadores e responsáveis pela segurança, pois que a amplitude e complexidade dos riscos e das ameaças presentes levou a que fosse necessário criar mecanismos com maior capacidade, resiliência e operacionalidade.

A APSA em paralelo com outras estruturas, estratégias e iniciativas tem possibilitado uma resposta gradualmente mais integrada, regional e com maior grau de efectividade na prevenção e resolução de conflitos. Não é um sistema perfeito e ainda está numa fase muito precoce do desenvolvimento mas com o apoio necessário da comunidade internacional parece poder materializar uma melhoria na segurança (nas várias dimensões) e obviamente no desenvolvimento...se vai ser sustentado ou não? Isso só irá eventualmente poder ser constatado dentro de alguns anos.

2. Tendo como adquirido que é um profundo conhecedor de África e da CPLP, qual o valor que, na sua opinião, é dado à opção africana dentro da CPLP e como visualiza a cooperação com a UA?

R: A dimensão Africana da CPLP sempre foi e vai continuar a ser estratégica e relevante na CPLP, principalmente se falarmos na área da segurança. Nesse contexto, ao contribuir (através da cooperação de Defesa) para capacitar os países para serem melhores produtores de segurança no contexto regional, a CPLP pode e deve contribuir para uma maior operacionalização da APSA e neste contexto poder estabelecer, neste domínio específico, uma relação estratégica com a UA.



Assim, parece-me uma evolução lógica e certamente estratégica dentro da CPLP, a sua relação com as outras organizações regionais e internacionais e poder ser um actor na vertente da segurança que está em linha com a estratégia aprovada na “Nova Visão Estratégica para a CPLP 2016-2016” assinada em Brasília em 1 de Novembro de 2016¹.

3. Existe alguma possibilidade de harmonizar os interesses nacionais dos Estados Membros da CPLP com os interesses da CPLP em África?

R: Existe essa possibilidade e para que aconteça é importante que os países africanos da CPLP assumam essa intenção e utilizem a CPLP como um instrumento de política externa ao seu serviço...o que muitas vezes não acontece...falta aos países africanos olharem para a CPLP como um instrumento de afirmação regional e continental em Africa, falta tomarem a liderança nesses processos, principalmente dentro dos seu espaço de interesse conjuntural. Na vertente da segurança e defesa importa combinar estrategicamente numa vertente bimultilateral o que pode ser feito por cada Estado membro e o que a CPLP pode como organização desenvolver.

África e o centro de gravidade da CPLP...eventualmente o Oceano Atlântico na vertente sul e o centro de gravidade do centro de gravidade...importa potenciar essa visão, nomeadamente apostando mais na segurança marítima e na vertente do mar (nos seus múltiplos domínios). Importa aceitar a ZOPACAS2 e cooperar nesse espaço e importa ainda olhar para a cooperação ao nível das arquiteturas regionais de segurança e na deficiente segurança marítima que não parece ser ainda uma prioridade em África...será na CPLP?

¹ O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovou o relatório sobre Nova Visão Estratégica para a organização, na sua XIV Sessão Extraordinária, realizada em Lisboa, Portugal, no dia 17 de março de 2016. Presidida pelo Ministro Hernâni Coelho, o Conselho de Ministros da CPLP saudou a coordenação da presidência em exercício e, em particular, do Grupo de Trabalho sobre a Nova Visão Estratégica para a CPLP, coordenado pelo Dr. Roque Rodrigues. A reunião extraordinária focou-se em três assuntos essenciais: visão estratégica da CPLP, situação política na Guiné-Bissau e rotação do Secretário-Executivo da CPLP. “O Conselho de Ministros Extraordinário da CPLP aprovou o relatório final sobre as directrizes para a orientação política da visão estratégica”, declarou Hernâni Coelho. Este relatório final, segundo o Ministro, concentrou-se em três aspectos importantes, que são a concertação da política diplomática, a cooperação e a língua portuguesa. Foi também divulgado um projeto de Declaração sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP para o período de 2016-2026

2 <https://www.revistamilitar.pt/artigo/797> [ver este artigo]



4. Como entende a aproximação da CPLP a África, a que nível deve ser focalizada e como pode a Organização (CPLP) defender os seus interesses neste continente, tendo em consideração as especificidades africanas?

R: A aproximação a África é estratégica para a organização e deve posicionar-se no nível político-estratégico, não só pela relevância do número, localização e tipo de Estados membros Africanos na CPLP, como que o continente é um continente de oportunidades e onde existe um espaço atractivo para o grande comércio e a economia de escala...produtiva e extratora.

Só uma cooperação estratégica com as ORA pode ter impacto na relação entre os países Africanos da Comunidade (e não só...) pois Portugal e Brasil tinham muito a beneficiar dessa ligação estratégica, omnipresente e dinâmica com as ORA através obviamente dos países Africanos da CPLP...

A CPLP tem um espaço de afirmação por ocupar em África...mas terão de ser os países Africanos da CPLP a cooperarem nesse sentido e a desenharem as estratégias de aproximação. Uma boa oportunidade para países menos afirmativos na Comunidade de desenvolverem essa liderança, tal como a Guine Equatorial, Cabo Verde e STP.

5. Que tendência de evolução visualiza para África em termos de segurança e conflitualidade? Face à sua visão, que áreas considera ser passíveis de potenciar na cooperação CPLP – UA?

R: A segurança e a prevenção de conflitos vão continuar a ser uma prioridade em África e uma área onde a cooperação internacional é sempre necessária, primeiro porque para fazer face a ameaças mais complexas e regionais só essa cooperação pode ser efetiva e depois porque a segurança e o apoio ao desenvolvimento são atividades interdependentes e com uma interconexão forte e duradoura...e o desenvolvimento e também uma prioridade em África.

Em primeiro lugar importa uma aproximação à UA por parte da CPLP, estabelecendo uma representação, ou adquirir um estatuto que lhe permita acompanhar e participar na discussão do futuro de África nos diferentes corpos da UA...e na APSA. Essa é uma área vital...fortalecer a APSA, nomeadamente da seguinte forma ou contribuindo para o seguinte:

- **Reforço da segurança marítima;**



- **Apoio à formação, treino e principalmente certificação de forças para operações militares limitadas no continente;**
- **Reforço da cooperação na I&D na área da Defesa, ligando-se às Industrias de Defesa e ao comércio internacional de tecnologia militar;**
- **Apoio financeiro e logístico a implementação regional da APSA.**

Entre muitas outras...noutros sectores...

6. Tendo em conta as características da CPLP, como visualiza a sua capacidade (CPLP) de poder intervir na resolução de conflitos em África bem como de Ajuda Humanitária? Em que campos visualiza o emprego dessas capacidades?

R: Penso que não teremos umas Forças Armadas da CPLP no futuro próximo, nem tampouco a possibilidade de mandar um Batalhão ou uma Força Tarefa CPLP para um conflito emergente em África...isso é irreal e não vai acontecer pois exige um nível de interoperabilidade e treino que não existe e fazendo um exercício “FELINO” por ano também não vamos lá..

Somos bons na mediação, na gestão de conflitos, na monitorização de processo eleitorais, podemos também desenvolver parcerias e fazer aconselhamento técnico-militar ou assessoria militar específica...são áreas a explorar que são possíveis de desenvolver no âmbito da CPLP no quadro Africano.

A Ajuda Humanitária é fácil desde que haja dinheiro...

7. Esboce os comentários que considerar pertinentes no quadro de uma definição de vectores estratégicos de aproximação da CPLP e da UA para a promoção da Paz e Segurança e para a resolução de conflitos, tendo por base a utilização do vector militar?

R: Como ficou dito, a vertente da aproximação deve ser político-estratégica e envolver a CPLP como um todo, embora liderada pelos países Africanos da Comunidade. A área da defesa não deve ser a única mas pode bem ser a principal. Importa esboçar uma estratégia de comunicação e qual a representatividade e engajamento que se pretende...onde, como, quando e para quê?

O vector militar é essencial na cooperação de Defesa mas não é o único...alias penso que deve ser o ultimo recurso...apostar na cooperação tecnológica, no treino, na assessoria e no aconselhamento. Apostar na segurança marítima e na operacionalização de centros de informação estratégica marítima.



Apêndice A — Principais órgãos da União Africana no âmbito da Arquitetura de Paz e Segurança e suas responsabilidades.

Apresentamos a organização e principais funções dos Órgãos da União Africana, a estrutura do CPS e as principais intervenções que a UA tem assumido no âmbito da APSA.

Para a UA, como principais objetivos surgem: a integração continental, a defesa da soberania, da integridade territorial e da independência, a promoção da Paz, Segurança e estabilidade, a defesa dos princípios democráticos da boa governação, a proteção dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentado.

Preconiza a coexistência pacífica entre Estados Membro, a resolução pacífica dos conflitos, o respeito pela soberania, igualdade e interdependência, o estabelecimento de uma política de defesa comum, a não interferência nos assuntos internos de outro, proibição do uso da força ou mesmo da ameaça do seu uso e o direito dos Estados Membro de solicitarem intervenção e o respeito pelas fronteiras.

Sob decisão da Assembleia Geral de Chefes de Estado e de Governo, o mais elevado órgão de decisão da UA, toma as decisões por consenso; Determina as políticas comuns, monitorizando a sua implementação; Fornece diretivas ao CEx, ao CPS; Determina sanções, novas adesões e aprova o Orçamento da UA. Determina ainda a aplicação do artigo 4º h) do Ato Constitutivo e as intervenções militares no âmbito da APSA, podendo intervir num Estado-Membro, em caso de graves circunstâncias, nomeadamente crimes de guerra, genocídio e crimes contra a Humanidade, que foi utilizado no caso do diferendo eleitoral na Gambia em 2016.

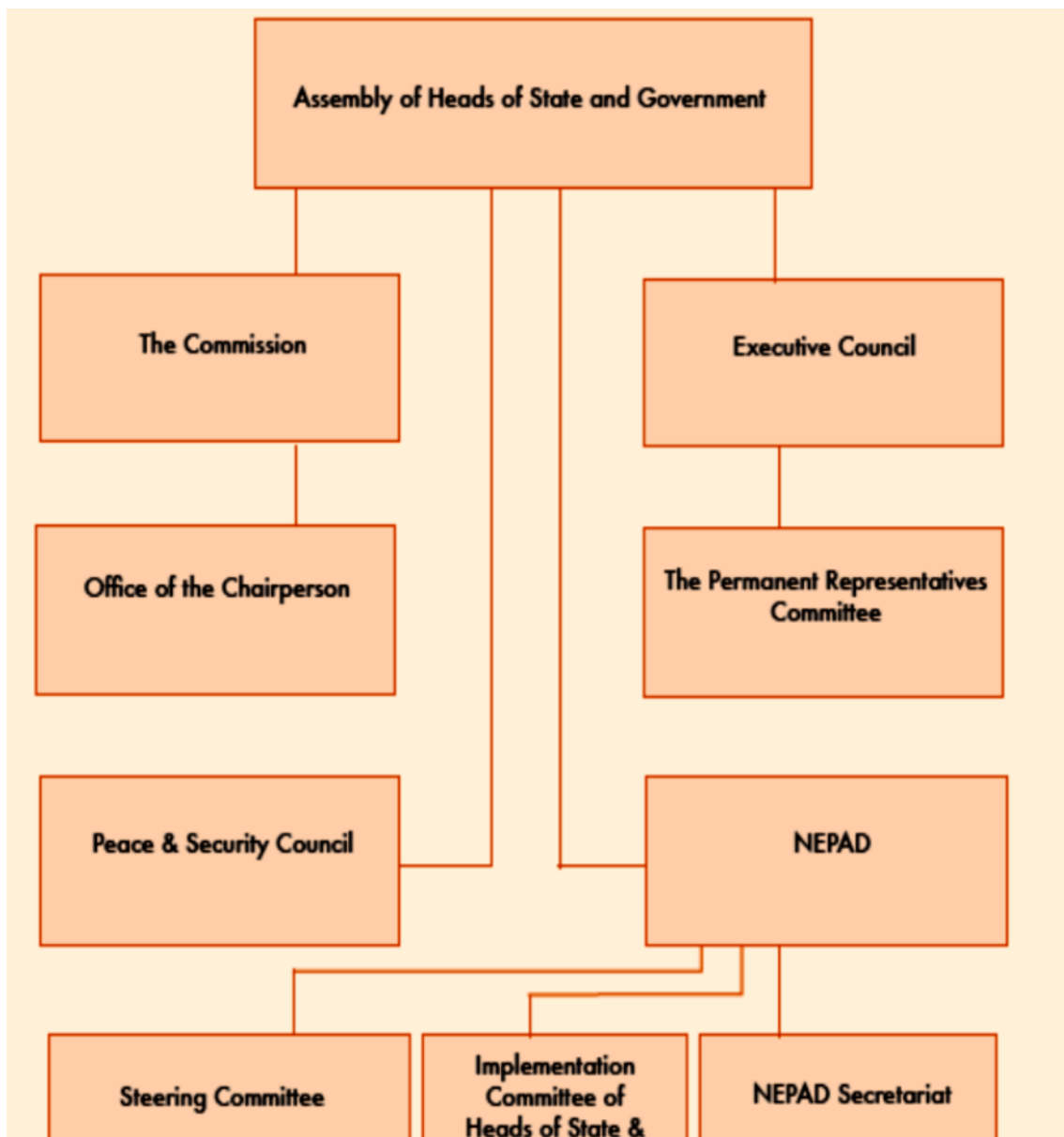


Figura 11 – Macroestrutura da União Africana

Fonte: Oxfam Internacional, 2012

A UA assume políticas centradas na reconstrução e desenvolvimento pós conflito, controlo de armamentos, desarmamento, contra terrorismo, prevenção e combate ao crime transnacional e reforma dos setores de segurança e defesa, efetivando a complementaridade com as intervenções militares, sendo áreas privilegiadas para as parcerias e cooperação com as OI e as Organizações da Sociedade Civil.

O CEx é composto pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Membro, coordena e toma decisões em áreas de interesse comum ligadas à promoção do desenvolvimento sustentado e à afirmação da UA no exterior do continente africano. Promove ainda a coordenação com as CER e MR, programa e executa o orçamento da UA.



O Parlamento Pan-africano (PPA) tem 230 deputados, faz o debate das políticas e das decisões da UA. Desenvolve a harmonização e a coordenação dos quadros legislativos dos Estados-Membro e recomendações face aos objetivos da UA.

O Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos (TAJDH) é o órgão encarregue dos assuntos civis em especial ligados à proteção dos Direitos Humanos e consolidação da boa governação.

O Comité de Representantes Permanentes (CRP) apoia o CEx.

Os Comités especializados de Agricultura; Assuntos Financeiros; Comércio e Imigração; Indústria e ciência, Energia, tecnologia, Recursos naturais e Ambiente; Transporte, comunicações e turismo; Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais; Educação, Cultura e Recursos Humanos. Preparam programas e supervisionam a sua execução.

A NEPAD representa a visão a longo prazo do desenvolvimento em África desenvolvendo programas com esse objetivo.

No quadro do presente estudo, assume especial significado o CPS que é o responsável por promover a Paz, Segurança e a estabilidade em África, desenvolver um alerta precoce e a diplomacia preventiva, implementar OAP, promover a reconstrução pós-conflito, ações humanitárias e fomentar a gestão de catástrofes. É o principal elo do processo de decisão das intervenções da UA no âmbito da APSA. (Oxfam International, 2012, p. 21).

Como base de enquadramento da ação do CPS, a UA definiu a PCDSA com a finalidade de assegurar uma resposta comum a ameaças internas que incluem:

- Conflitos inter-estatais ou intra-estatais;
- Instabilidade pós-conflito;
- Graves situações humanitárias.

Quanto às ameaças externas pretende-se ter capacidade para enfrentar agressões externas, crises internacionais com efeitos na segurança africana, mercenários, terrorismo internacional, proliferação de Amas de pequenos calibres e tráfico de droga e ou humano (União Africana, 2004, pp. 4-6).

Como áreas de ação comum da PCDSA surgem:

- A promoção do espírito colectivo de defesa e a cultura da paz;
- OAP;
- Reabilitação pós-conflito incluindo a desmobilização, desarmamento e



reintegração;

- Desminagem;
- A problemática das crianças-soldado;
- A proliferação das armas ligeiras e de pequeno calibre;
- Doenças infecciosas e pandemias;
- Terrorismo;
- Direitos humanos;
- Questões ambientais.

Tem como objetivos assegurar respostas às ameaças identificadas, consecução dos princípios do Ato Constitutivo, promover defesa cooperativa entre os Estados-Membro eliminando suspeições e rivalidades, promover confiança mútua criando um espaço de cooperação na área da Defesa, promover a transparência das Forças Armadas e de Forças de Segurança nacionais, permitir a reafecção de recursos e avançar no processo da integração africana desenvolvendo capacidades de prevenção e resolução de conflitos, promovendo também a cultura de Paz e Segurança.

O CPS tem a responsabilidade de promover respostas rápidas e eficazes aos conflitos, situações de crise e a reconstrução pós-conflito, promovendo a prevenção, gestão e resolução dos conflitos com os meios ao seu dispor, recorrendo a parcerias (Pereira, 2011, p. 96). É ainda da sua responsabilidade a promoção da PCDSA. É o Órgão que personifica o modelo da APSA e que promove parcerias e cooperações para a promoção da Paz e Segurança.

A Comissão da UA, apoiada pela Comissão para a Paz e Segurança (CPS), que promove o aconselhamento e acompanhamento das políticas de segurança e defesa continental, estabelece relações com os CER e MR de modo a coordenar as ações a nível continental e a nível regional (Bernardino, 2008, p. 161).

Dele depende a estrutura que materializa a APSA e inclui:

- CM;
- PS;
- CEWS;
- FPA;
- FAP.

O CM constitui o principal órgão de conselho do CPS e sua assessoria militar na



avaliação e proposta de resposta militar, nas intervenções da UA. Podem também assessorar no âmbito das políticas e processos da APSA (Pereira, 2011, p. 97).

O PS é composto por cinco entidades de reconhecida idoneidade política e diplomática em África, que aconselham o Presidente da AGCEG em assuntos de Paz e Segurança e promovem ações de diplomacia preventiva, como objetivo de antecipar a conflitualidade e promover a sua resolução antes do conflito armado. Aliando a tradição africana de recurso à sabedoria e sensatez dos mais velhos, é constituído por um coletivo de respeitadas personalidades de diversas origens que assume o papel de conselheiro da CPS e do Presidente da Comissão da UA, em matérias relacionadas com os objetivos da APSA, atuando quando se detetam, atempadamente, situações de instabilidade, atuando em Diplomacia Preventiva, num importante trabalho de mediação e conciliação pré-conflito.

O CEWS efetua a monitorização das potenciais situações de conflito, permitindo à UA prever, preparar e planear antecipadamente as ações a desenvolver, de modo a permitir uma intervenção rápida e eficaz na prevenção da conflitualidade. Dispondo de uma estrutura central na Sala de Situação da UA, baseia a sua ação na recolha de informações dos diversos mecanismos disseminados a nível regional.

Nas CER e MR são mecanismos de alerta que permitem desenvolver tarefas, a nível local, conducentes ao alerta prévio da conflitualidade latente, através de uma avaliação permanente da situação regional e permitindo promover respostas eficazes, mesmo antes do conflito deflagrar.

Como meio eficaz de intervenção militar foi estabelecida a FPA que inclui cinco Brigadas, uma para cada sub-região, que de acordo com o processo referido para a participação dos CER e MR na APSA, que constituem as forças de intervenção da UA para, no âmbito da APSA, materializar a prevenção, gestão e resolução dos conflitos em África.

O conceito de atuação é projetar uma força inicial de intervenção, a pedido ou autorização de um Estado-membro e das partes em conflito, ou por intervenção baseada na responsabilidade de proteger. Normalmente solicitando a autorização e aprovação da ONU.

Estas intervenções estão integradas no quadro de respostas que a PCSDA prevê como espaço de atuação da APSA. Estas Forças respondem a mandatos de três entidades distintas: da ONU, da UA após a aprovação da organização ou das CER e MR a que pertencem. Os Estados-membro são os responsáveis pelo aprontamento e treino das Forças.



A atuação das FPA enquadra-se nos cenários definidos, com os prazos de prontidão que incluem:

- O aviso militar a uma missão política (a 30 dias);
- Missões de Observadores em conjunto com missões da ONU (a 30 dias);
- Efetuar uma missão de Observadores autónoma da UA (a 30 dias);
- Uma Força de Apoio à Paz (a 30 dias);
- Uma força de paz para missões de apoio à Paz complexas (90 dias de preparação para a força estar pronta a ser projetada depois de 30 dias);
- Intervenção no âmbito do artigo 4º h) do Ato Constitutivo da UA, com uma força robusta (14 dias).

As FPA devem ser constituídas por contingentes multidisciplinares com componentes militar, policial e civil.

O processo de decisão tem por base a notificação ao CPS da existência de um potencial conflito e a identificação da necessidade de realizar uma intervenção militar no âmbito das OAP.

O CPS usando os meios de alerta à sua disposição e os meios de mediação e de diplomacia preventiva, avalia a situação e estuda as possibilidades, a necessidade e a exequibilidade de realizar uma OAP. Segue-se uma fase de planeamento que culmina com a aprovação de um mandato pelo CPS.

Para este estudo, debruça-se sobre a FPA da África Central, FOMAC, que denota organização e coesão tendo já participado em diferentes missões. Essa força beneficia de grande apoio da França.



Apêndice B — Principais causas de conflito em África Central.

A conflitualidade africana tem hoje como característica principal o facto das raízes profundas dos conflitos estarem além das fronteiras estatais tradicionais e exigirem respostas mais globais e concertadas entre diferentes atores.

Não sendo realista ignorar a diversidade africana, a afirmação das CER e MR, e nelas da vertente de segurança e defesa, materializa de modo crescente a promoção da Paz e Segurança face a diferentes características, interesses e ligações que existem nas distintas regiões. Os problemas no continente são diferenciados, com necessidades próprias e ligações externas próprias, assim, as CER e MR, são o espelho da realidade existente e o melhor modo de aproximar os processos da realidade.

Não se deve tratar dos problemas do Norte de África, aplicando uma matriz do Ocidente Africano, nem mesmo segundo modelos do Sul do continente; pois, as realidades são diferentes, e mesmo que as questões sejam as mesmas ou parecidas, devem ser tratadas de modo diferenciado e contextualizado com a situação. No entanto existe uma matriz comum de princípios aceites por todos que serve de base à afirmação africana na resolução da conflitualidade no continente e que está a ser progressivamente utilizada, tendo como protagonista a UA com base no modelo da APSA.

Esta conflitualidade é hoje uma das principais ameaças ao equilíbrio entre a segurança e o desenvolvimento sustentado essencial ao crescimento de África, que exige uma intervenção multidisciplinar dos diferentes atores.

“Em África cada conflito é um conflito, não existindo identidade e matriz própria na conflitualidade...” (Bernardino, 2008, p. 96), pelo que se torna necessário ter um entendimento exacto do contexto local, identificando protagonistas e eventuais parceiros.

Verifica-se ainda que os conflitos tendencialmente evoluíram para o interior dos Estados, passando a incluir novos atores e outras dimensões, acrescentando uma maior complexidade na análise da conflitualidade e dificultando a intervenção.

Este fenómeno decorre do processo de falência e fracasso das estruturas dos Estados e da incapacidade para assumirem as suas normais responsabilidades e desempenharem as funções primárias do Estado.

“O carácter predominantemente intra-estatal da conflitualidade em África resulta de dois fatores globalizantes que estimulam o carácter transnacional dos conflitos: as identidades étnicas, culturais e religiosas fronteiriças, que fraturam o Estado e motivam alinhamentos internacionais e os interesses estratégicos externos, que ajudam a agudizar a



conflitualidade e que intensificam a competição pelo acesso privilegiado ao controlo do poder de facto, dos recursos e/ou de espaços...” (Ramalho, 2013).

Paradoxalmente, em África têm crescido o número de Estados que aderiram a modelos democráticos, sem que a autocracia dos regimes e corrupção nos aparelhos estatais tenha diminuído. Este é claramente um problema de credibilidade das estruturas de governação que tem influência na estabilidade, na segurança e na conflitualidade.

“Os fenómenos da globalização são agravados em África pela insegurança alimentar, pela pobreza, pela fome endémica, por atividades terroristas transfronteiriças, pelas questões do ambiente e da gestão dos recursos, pela expansão do radicalismo islâmico, por ramificações regionais do narcotráfico e projeção do crime organizado, pelas guerras civis, existindo forte atração migratória para os polos de desenvolvimento...” (R. Viana, 2012, p. 7).

As carências dos serviços sociais mínimos, a profunda crise económica e social, questões de repressão política religiosa e popular, bem como o elevado número de desempregados, que aliados a uma população muito jovem sem perspectivas e sem condições de vida, cria condições que propiciam o surgimento de radicalismos e aumentam a possibilidade de aparecimento de grupos rebeldes autónomos e incontroláveis.

Estas são algumas das razões que levam os Estados a falharem nas suas ações e a proporcionarem a atividade continuada de redes de tráfico humano ou de droga, da pirataria sobre as rotas marítimas e de movimentos radicais islâmicos como o movimento Al-Shabaab que atua no Sahel ou o Boko-Haram que atua na Nigéria, Tchad, Níger e no Norte de Camarões.

A análise da conflitualidade não pode ser efetuada de modo simplista com grelhas de análise lineares, que não tenham em conta o intrincar das diferentes causas e a sua conjugação quando analisamos cada conflito. No fundo são combinações complexas de diferentes elementos que condicionam a sua resolução e em que os protagonistas não estão isentos de influências negativas de diferentes bases: governação, recursos, soberania, etnicidade, entre outros (Dias, 2014).

Sistematizando, as raízes da instabilidade em África podemos indicar fatores como a má governação, a incapacidade dos Estados em cumprir as suas funções perante a população, a ineficácia dos modelos de segurança, a corrupção, a ação débil das estruturas estatais e a insípida integração regional onde a falta de valores comuns de união e as divergências ancestrais são marcas ainda não superadas.



“Os riscos de instabilidade que permanecem estão ligados aos fluxos migratórios para as regiões mais desenvolvidas, com as consequentes tensões sociais, fruto da não integração ou falta de emprego, a pobreza, as doenças, a fome, agressões ambientais e o radicalismo religioso xenófobo, contrário aos ideais africanos.” (Ramalho, 2006, p. 3).

Paralelamente surgem organizações de crime transnacional, ligadas ao tráfico humano e de droga e grupos que se organizam por motivações diversas, sejam o reclamar de parcelas de territórios, a oposição aos sistemas instituídos ou mesmo as motivações religiosas radicais.

Aliando os fatores descritos as ações de terrorismo transfronteiriço, a pesca ilegal, o tráfico de recursos estratégicos, a pirataria, o comércio ilegal ligado à proliferação de armas ligeiras e de pequenos calibres e conjugar estes aspetos com a propagação de doenças infecciosas, as ameaças ambientais, as incertezas democráticas de alguns regimes e sociedades civis, cujo mote está na sobrevivência individual e dos núcleos familiares, verifica-se um alheamento marcante das sociedades civis, face aos problemas que surgem no continente africano e que caracterizam a instabilidade onde radicam os conflitos.

Estes conflitos são hoje as principais ameaças à segurança africana e ao desenvolvimento sustentado e exigem uma intervenção multidisciplinar que resulte de um entendimento holístico da conflitualidade em que todas as ações concorram para promover a erradicação das causas mais profundas que ainda subsistem. Paralelamente este tipo de conflitualidade veio colocar um grave problema às organizações regionais e à CI – a coordenação e concertação das ações.

O aumento do número de Estados frágeis em África tem direta relação com a emergência de conflitos intra-estatais, condicionando a sua afirmação no quadro regional ou continental, criando situações que propiciam o surgimento de outros tipos de ameaças.

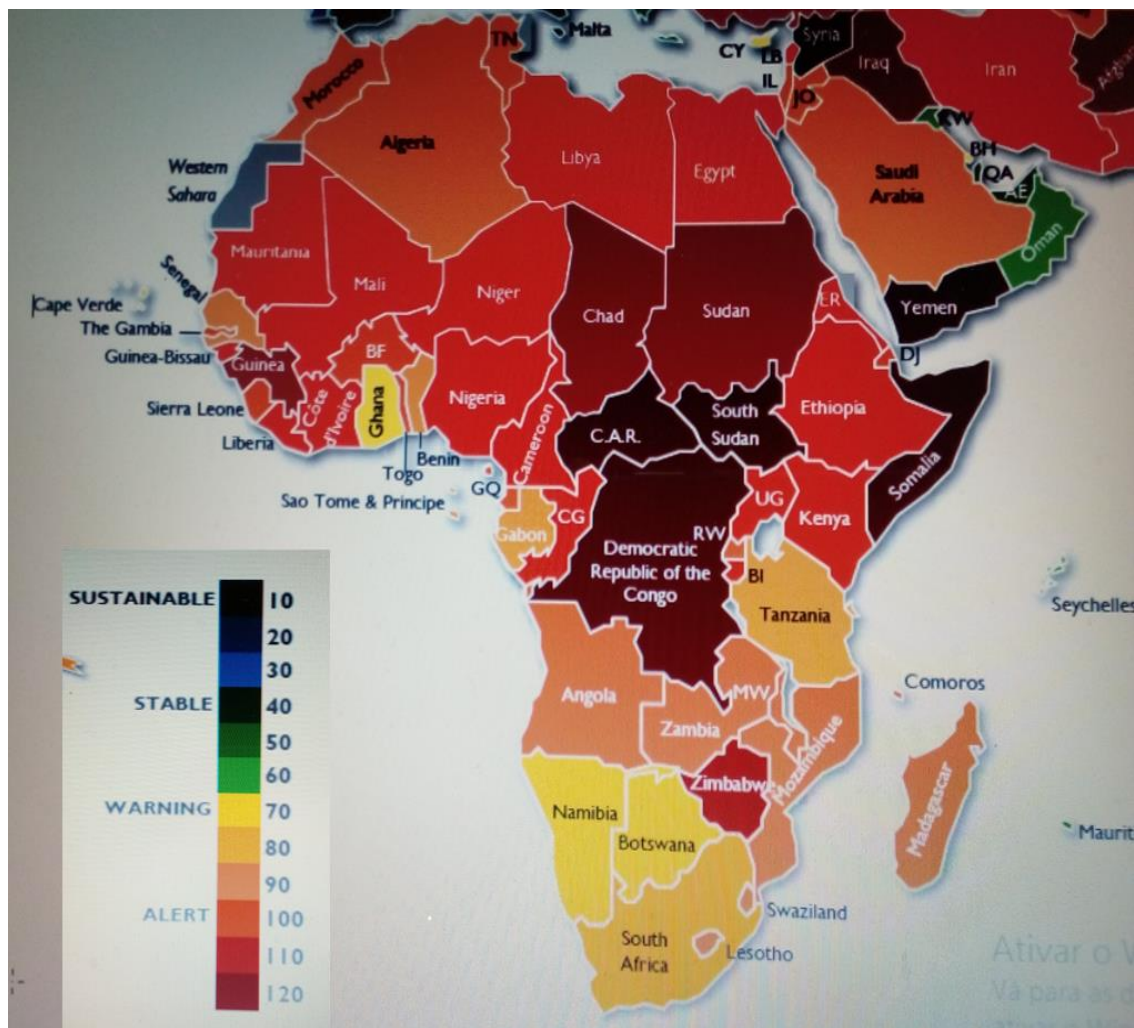


Figura 12 – Mapa dos Estados Frágeis

Fonte: Adaptado, Fund For Peace 2018

Como principais motivações deste novo tipo de conflitualidade surge a luta por recursos, interesse dos diferentes atores, motivações religiosas, disputa territorial, afirmações de poder, a criminalidade urbana, a falta de condições básicas, o aumento de população jovem e sem futuro, a autocracia dos regimes, a falência das economias, a corrupção, o forte investimento em aparelhos militares não consequentes e por fatores de influência externa que assumem importância global, como sejam o narcotráfico, o crime organizado, os efeitos do terrorismo à escala global, a proliferação do tráfico de pessoas e de armas.

Se na linha da segurança surgem ameaças à vida e ao quadro de afirmação do modelo estadual, por outro lado a qualidade de vida, a distribuição da riqueza e as perspectivas de futuro, são outros fatores a ter em conta como causa profunda da conflitualidade. “Em África coexistem zonas de prosperidade e progresso, e situações de crise aguda e extrema



pobreza, que ofuscam as primeiras e transmitem um sentimento de inoperância, insegurança e instabilidade, de incapacidade do Estado, para assegurar a boa governação, o que vem a afetar a completa afirmação do continente africano.” (Ramalho, 2013, p. 3).

É com esta complexidade de motivações que cada vez mais a comunidade internacional se tem de debater e tem de lidar no apoio à Paz e Segurança em África, fazendo com que no pilar da sustentabilidade se evidenciem as organizações regionais que, beneficiando de uma conjugação de apoios, possam a longo prazo resolver essas causas e construindo uma nova ordem, que permita desenvolver processos, que evidenciem existirem novas esperanças e que permitam credibilizar todo o processo de desenvolvimento sustentado em África.

A conflitualidade no continente africano tem causas identificadas, que devem ser resolvidas, e para as quais a soberania dos Estados e a afirmação das organizações regionais e sub-regionais são elementos-chave, pois estão em causa motivações, padrões culturais diferentes, realidades distintas, vivências únicas, influências culturais fruto de vários colonizadores e onde os padrões culturais ocidentais e usualmente aceites pela comunidade internacional podem não ter aplicabilidade direta.

Se quisermos resolver o problema por partes, teremos de considerar que no mesmo continente uma solução adaptada ao Norte pode não ser aplicável à África Central, Ocidental, Oriental ou do Sul. Cada região tem a sua especificidade, as suas raízes, os seus modelos, as suas motivações e mesmo as suas práticas próprias.

Neste quadro assume especial significado ter um claro entendimento do contexto local, saber quem são os interlocutores principais e acima de tudo quais as intervenções que são aceites.

Poderemos assim identificar causas internas, que derivam das carências dos próprios Estados em assumirem as suas competências, da disparidade entre poucos ricos e muitos a viverem abaixo do limiar da pobreza, e causas externas que derivam do alastramento de fenómenos transnacionais que encontram espaço de expansão em África e que, dentro das inúmeras carências que se verificam nos Estados Africanos, permitem o recrutamento de protagonistas, uma afirmação de desalentos vividos por quem não tem esperança e acima de tudo a promoção de caminhos alternativos, a frustrações pessoais e à incapacidade dos governos.

Centrando a análise na África Central, CEEAC, verificam-se problemas que radicam na ineficácia dos Estados e na afirmação de atores não estatais e separatismos.



À má governação, às carências múltiplas da população e às estruturas ineficientes dos Estados, pode-se acrescentar a riqueza em recursos estratégicos, a desigual distribuição dos recursos que, aliados à corrupção, evidenciam o domínio de poderes pessoais, que tornam certo tipo de conflitualidade num negócio muito rentável.

A pirataria demonstra o valor das costas da região, onde as rotas marítimas assumem especial importância, valor comercial e onde a conflitualidade assume uma abrangência mundial. Não sendo um fenómeno totalmente contido, a solução passa pela afirmação do desenvolvimento dos Estados ribeirinhos, por uma conjugação internacional que, num quadro cooperativo, assegure a ineficiência dos ataques e garanta a segurança da navegação marítima desses mares.

Neste caso a pirataria, com o potencial risco que se desenvolve no Golfo da Guiné, o assalto à mão armada e a imigração ilegal, tráfico de pessoas, as redes de narcotráfico, a pesca ilegal e a degradação ambiental são as principais ameaças à estabilidade regional (Lourenço, 2012, pp. 111-112).

A luta contra os poderes instituídos, reclamando o controlo de parcelas do território, ou mesmo tentando tomar o poder do Estado, raramente tem como intenção a melhoria da situação do país, mas antes o disfrutar “das mordomias” do poder.

O exemplo é a Republica Centro Africana (RCA), que se revela um Estado falhado mergulhado na instabilidade política e à rebelião armada.

Neste espaço assume igualmente relevância a ineficácia dos Estados em assegurarem o controlo de todo o seu território, dando espaço a grupos organizados para assumirem o domínio de certas regiões e desestruturando as unidades políticas e criando o caos.

Em muitos casos o controlo do território provocado por esses grupos revela-se mais duro e autocrático que o do próprio Estado, exercendo à margem da lei o mesmo tipo de funções, que o legítimo governo não consegue garantir.

Apesar de não existirem problemas de fronteiras com expressão, a ação das milícias e dos movimentos rebeldes, tende a colocar em causa um processo de fronteiras que África tinha estabilizado.

O mesmo se passa na RDC, onde a disputa é territorial saldou no controlo de partes do país por rebeldes, constituindo essas regiões como base de apoio para tomar o poder.

Nesta região além das razões já apontadas surge uma nova raiz da conflitualidade e que se liga à dimensão do território, à sua desertificação e à incapacidade do Estado ter meios para assegurar a mesma ação em todo o território.



Se conjugarmos estas motivações com as questões de raiz étnica, ficamos com um quadro claro do que se passa na região.

Resumindo, podemos afirmar que estas situações possibilitam a ação do crime organizado, de máfias. Como fatores de instabilidade que permanecem em África, surgem ligados a insegurança alimentar, aos fluxos migratórios para regiões mais desenvolvidas, com as consequentes tensões sociais, fruto da não integração e desemprego, a pobreza, a doença e as fomes, atividades terroristas, Estados frágeis, agressões ambientais e o radicalismo religioso e xenóforo, contrário aos ideais pan-africanos, a par da proliferação de grupos radicais, do crime organizado e das guerras civis.



Apêndice C — Racional, fatores de criticidade e respetiva quantificação

No presente apêndice abordamos resumidamente o racional utilizado (Quadro3), os FC, a valoração que lhe foi atribuída e a base de decisão dos limites a partir da qual as TG, identificadas na Tabela 2, são consideradas TGC.

A definição dos FC teve por base estudos de análise da teoria de conflitos e o facto de serem os fatores que influem na conflitualidade, por terem relação direta com as suas causas. Foram assim utilizadas as condições que se enunciam, tendo em conta a realidade africana e as especificidades decorrentes da diversidade de contextos que existem no continente.

Como FC, segundo a avaliação do autor, são enunciados os seguintes:

➤ **Intensificar a falência dos Estados (Peso 5):**

A Falência dos Estados é uma das principais causas do surgimento de diferentes ameaças à Paz e Segurança em África, assim, tendências que potenciem o incremento do número de Estados Frágeis, são por nós consideradas críticas. Pelas implicações que evidenciam na capacidade dos Estados, na vontade de intervirem e na sua legitimação, fatores essenciais para a resolução de conflitos, materializamos a sua importância, atribuímos-lhe o peso 5, o máximo na escala utilizada.

➤ **Promoção de ameaças (Peso 4):**

Consideramos críticas as tendências que promovam as ameaças, ou as causas que lhes estão inerentes, criando situações que facilitem o financiamento de atores não estatais e a sua atuação dentro dos países, ou que promovam situações sociais que facilitem o recrutamento e ação de grupos terroristas. Pelo valor que assumem no quadro de agravamento das ameaças existentes ou no surgimento de eventuais novas ameaças à Paz e Segurança, atribuímos-lhe o peso 4.

➤ **Potenciar a destabilização social (Peso 3):**

A destabilização social, fruto de carências das populações, da desigualdade social, da corrupção, da concentração em grandes centros (com a inerente degradação de condições de vida), são fatores que quando potenciados tornam as tendências gerais potenciadoras de conflitualidade e críticas. Neste fator a interferência não é direta, mas fomenta o agravamento de fatores de conflitualidade, pelo que foi atribuído peso 3.



➤ Criar insegurança ou inconformidade (Peso 2);

A inconformidade e insegurança derivam de vários fatores que promovem situações de conflitualidade potencial, pelo que considerámos ser um FC.

No caso, as tendências que potencialmente criem condições para o agravamento da confiança dos cidadãos na estrutura de promoção da Paz e Segurança e do desenvolvimento (falta de controlo do território, existência de refugiados sem condições, o desemprego) são fatores que conduzem à criação de situações de instabilidade, berços de conflitualidade. Devido às respostas terem de utilizar uma lógica holística, englobando vários fatores e não baseadas em ações militares, considerámos atribuir peso 2.

➤ Incapacidade dos meios de resolução dos conflitos (Peso 1):

A incapacidade dos meios de resolução dos conflitos, pela sua preponderância na durabilidade da conflitualidade, permite que um conflito perdure no tempo e portanto deteriore a situação de Paz e Segurança, pelo que considerámos que as TG, que criem condições que evidenciem ou materializem a incapacidade dos meios de resposta, constituem uma quebra de legitimação das ações de resolução dos conflitos em África, que por não ser exclusiva das intervenções militares, considerámos atribuir peso 1.

Na análise dos FC utilizámos a escala de Likert (Bertram, 2012, p. 1) com a seguinte valoração da conflitualidade: 5- Grande influência; 4- Influencia; 3- Média influência; 2- Baixa influência; 1 – Não influencia.

Importa inicialmente efetuar a explicação da legitimidade do valor de referência, para tornar uma TG em TC, ser 50% da valoração ponderada.

A validação radica na aplicação dos FC aos conflitos do Sudão, do Mali, da RCA e da RDC, tendo por base a análise de estudos de caso efetuados e publicados por autores consagrados, procurando nas respetivas conclusões o grau de influência que cada TG teve nas causas apontadas para cada conflito, usando a mesma escala de Likert, de modo a consubstanciar o valor a partir do qual uma tendência, é reconhecida como causa da conflitualidade.

Os fatores que foram considerados como causas do conflito, nas conclusões dos diferentes estudos, são os que, na análise que apresentamos na tabela seguinte, assumiram um valor superior a 50% do total máximo possível para cada TG (20), o que reforça ser



esse o número que deve ser tomado como referência para considerar TG como TGC, portanto como TC. As TG cujo valor foi inferior a 50% não foram consideradas nos estudos de caso como causas do conflito.

Quadro 5 – Validação dos Fatores Críticos

TENDENCIAS	PAÍS DA OCORRENCIA DE CONFLITOS					%
	SUDÃO	MALÍ	RCA	RDC	FATOR CRITICO (Max. 20)	
Fraturas de Identidades	4	4	4	2	14	70,0
Fome e Pobreza	4	4	4	2	14	70,0
Distribuição anormal da riqueza	4	3	3	5	15	75,0
Crescimento das Migrações	3	4	4	2	13	65,0
Manutenção de Estados frágeis	3	4	3	2	12	60,0
Endemias e Pandemias	3	3	3	4	13	65,0
Escassez de recursos básicos	3	4	3	2	12	60,0
Crescimento Demográfico	3	2	3	3	11	55,0
Incerteza e Complexidade do contexto mundial	2	3	2	2	9	45,0
Valor da Informação	2	3	2	1	8	40,0
Crescente Urbanização	3	3	3	3	12	60,0
Desastres naturais	3	2	3	3	11	55,0
Peso dos Mercados Globais na economia mundial	3	1	1	4	9	45,0